

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
CASA DE OSWALDO CRUZ

Carlos Machado de Freitas
(Entrevista)

Ficha Técnica

Projeto de pesquisa – O tempo presente na Fiocruz: ciência e saúde no enfrentamento da pandemia de covid-19

Entrevistado – Carlos Machado de Freitas (CF)

Entrevistadores – Simone Petraglia Kropf (SK), Ede Conceição Bispo Cerqueira (EC) e Thiago da Costa Lopes (TL)

Data – 25/03/2021 e 21/11/2022

Formato da gravação – Entrevista remota realizada via *Zoom*

Duração – 4h 17min

Responsável pela transcrição e sumário – Danielle Cristina dos Santos Barreto e Beatriz Feffermann Darin

Responsável pela conferência de fidelidade – Alessandra Lima da Silva

Responsável pelo copidesque – Ede Conceição Bispo Cerqueira¹

A citação de trechos da transcrição deve ser textual com indicação de fonte conforme abaixo:

FREITAS, Carlos Machado de. *Carlos Machado de Freitas. Entrevista de história oral concedida, em março de 2021 e novembro de 2022, ao projeto O tempo presente na Fiocruz: ciência e saúde no enfrentamento da pandemia de covid-19*. Rio de Janeiro, Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz, 2024. 56 p.

¹ A transcrição da entrevista foi revista e aprovada pelo depoente, que fez pequenos ajustes ao texto.

Sumário

Primeira Sessão (25/03/2021)

Formação acadêmica e trajetória profissional; a aproximação com a Presidência da Fiocruz e a proposta de organização do Observatório Covid-19; o boletim e sua concepção de intervenção sanitária; a defesa do *lockdown* nacional; a nota técnica sobre os efeitos adversos da vacinação e as variantes de preocupação; a linguagem utilizada; a preocupação com análises de longo prazo; a cartilha para as festas de fim de ano; o Plano de Convivência com a Fiocruz e a parceria com a Coordenadoria de Comunicação Social (CCS/Fiocruz); a experiência de Araraquara como exemplo da aplicabilidade de intervenções sanitárias planejadas; o processo de elaboração do boletim e notas técnicas; a formação de uma série histórica e a mudança de perspectiva na análise a partir de março de 2021; a suspensão dos boletins epidemiológicos, o “apagão de dados” do Ministério da Saúde e a iniciativa da Fiocruz em produzir um periódico; a nova abordagem de alerta e alarme e a publicação de boletins extraordinários; o impacto e as repercussões na imprensa da publicação da série histórica de mapas; a necessidade de explicar o que é colapso e de enfatizar a recomendação do *lockdown*; o uso de dados e evidências para propor medidas articuladas nacionalmente; o Observatório Covid-19 como a representação de um discurso institucional e sua relação com a imprensa; perspectivas sobre o legado do projeto Observatório Covid-19.

Segunda Sessão (21/11/2022)

O Observatório durante o colapso hospitalar do primeiro semestre de 2021; escolha da linguagem e comunicação à população sobre os avanços da pandemia; a linha do tempo da pandemia de covid-19 e das ações do Observatório; as diferenças entre o colapso de 2021 e o surgimento da variante ômicron em 2022; a produção de boletins pelo Observatório; as ideias que guiaram o funcionamento interno do Observatório; parcerias com outros sistemas de monitoramento da Fiocruz; o Observatório durante os apagões de dados e a questão do acesso e compartilhamento de dados; mudanças no Observatório no decorrer da pandemia; o grupo do Observatório e seu papel na conexão entre pesquisadores de diferentes áreas na Fiocruz; a diferenciação entre posicionamento institucional e o posicionamento independente de pesquisadores da instituição; desafios da presença na mídia como representante da Fiocruz; livros publicados pelo Observatório e prêmios concedidos; desafios e preparações para futuros momentos de crise; momento atual da pandemia.

Data: 25/032021

Primeira sessão

SK - Boa tarde a todos e todas. Hoje é dia 25 de março de 2021, temos a satisfação de entrevistar o professor Carlos Machado de Freitas, pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública na Fiocruz. Eu sou Simone Kropf e estou aqui com Thiago Lopes e Ede Cerqueira, também da Casa de Oswaldo Cruz, nesse projeto que é *O Tempo Presente na Fiocruz: Ciência e Saúde no Enfrentamento da Pandemia de Covid-19*. Carlos, queria agradecer a sua disponibilidade para conversar conosco. Para a gente falar, sobretudo, da sua atuação como coordenador do Observatório Covid-19 da Fiocruz. Antes de chegarmos ao tema propriamente dito da entrevista, Carlos, eu queria te pedir para fazer uma síntese, por favor, da sua trajetória e da sua formação.

CF - Eu me graduei em História, na Universidade Federal Fluminense, em 1989. Ao terminar a graduação, fui imediatamente fazer o mestrado em Engenharia de Produção, porque na História nós tínhamos um grupo de estudos sobre as questões relacionadas à modernidade. E esse grupo de estudos era coordenado por um professor de História Contemporânea, que tinha feito uma disciplina aberta para a pós-graduação. Era uma professora da USP. A disciplina era sobre teoria social crítica, a escola de Frankfurt. E eu fiz essa disciplina sobre a escola de Frankfurt, porque era para a pós-graduação. E nessa disciplina, dois autores me marcaram muito: o primeiro é Walter Benjamin, com as teses sobre filosofia da história, e o segundo é um autor que é considerado um certo herdeiro da escola de Frankfurt, com pensamento mais contemporâneo (mas que eu já me interessava antes). Era o Habermas, trabalhando com a ideia da técnica e da ciência como ideologia. Essa ideia de pensar a História, a técnica e a ciência moldando a nossa história me levou a buscar um mestrado que não era comum na época, Engenharia de Produção. Deixava de ser historiador e, ao mesmo tempo, não me tornava um engenheiro. Foi uma decisão difícil, mas eu não conseguia me imaginar fazendo outra coisa. Ao ir para a Engenharia de Produção, em uma das disciplinas, fomos apresentados aos textos da nova Sociologia da Ciência: Bruno Latour, Michel Callon, tantos outros. E ao ler um texto sobre as controvérsias científicas envolvendo riscos ambientais, buraco na camada de ozônio, mudanças climáticas e contaminações químicas, eu me apaixonei por aquilo. Eu falei “Gente, isso fala do nosso mundo contemporâneo”. Acho que tem a ver com essa história do presente, porque era bem o que a gente estava vivenciando naquele momento, por conta de várias notícias sobre poluição química. E começava a eclodir também o tema da falta de etanol, em 1989, e do uso do metanol como complemento de combustível. Eu me apaixonei e falei “É isso que eu quero fazer para minha vida, é o que eu quero”. E falei com o meu orientador que ia mudar de tema. O meu tema inicial era trabalhar a ideia dos engenheiros como intelectuais da modernidade, mas não intelectuais analisados a partir dos seus textos, mas intelectuais analisados a partir dos seus projetos, que moldam o mundo moderno, as vias, os prédios, as pontes – elas trazem toda a noção de tempo, espaço e de organização da vida social distinta daquela que existia até então. Ele topou na hora porque era um entusiasta da sociologia, da ciência e da tecnologia, e eu passei a me dedicar a isso.

SK - Quem era ele, Carlos?

CF - Era o José Manoel Carvalho de Mello. E tive que fazer uma conversão. Na minha formação em História, eu aprendi francês, mas boa parte dos textos da nova Sociologia

da Ciência, naquela época, com exceção dos textos do Latour e do Michel Callon, estavam em inglês, boa parte da literatura. Então fui aprender inglês. O que eu tinha era básico, mas não era de leitura corrente. Eu falei: “é isso que eu quero, é nesse caminho que eu vou seguir”. E fui, resolvi acompanhar. Naquele momento, estava ocorrendo a controvérsia em torno dos usos do metanol. Fui acompanhar aquela controvérsia, fui aos laboratórios da CETESB [Companhia Ambiental do Estado de São Paulo] e entrevistei todos os especialistas, sindicatos, ambientalistas, todos, para compor o quadro. E, ao tomar contato com a literatura sobre riscos tecnológicos, que era o tema de fundo com que eu estava trabalhando, eu tive acesso a um livro do Patrick Lagadec, *A civilização do risco*, um livro em francês, um livro imenso, que me motivou a comprar outros livros depois. Eu fiquei fascinado pelo tema dos desastres tecnológicos. Assim que eu tinha acabado de defender a minha dissertação de mestrado, houve um acidente na Bayer de Belford Roxo, em maio de 1992 (pouco antes da Rio-92), e eu fui para lá com o Marcelo Firpo, um pesquisador da ENSP [Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fiocruz], também do CESTEH-Fiocruz [Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da Fiocruz] para investigar o que tinha ocorrido (tudo isso para contar como eu cheguei aqui no Observatório). Ao mesmo tempo, Marília Bernardes Marques – que coordenava um Centro de Estudos em Ciência, Tecnologia e Saúde que era ligado à Presidência, inicialmente, e depois ao ICICT [Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fiocruz] – fez parte da minha banca, porque eu queria ter alguém que pensasse ciência, tecnologia e saúde, e ela era o perfil. Ela gostou muito da dissertação de mestrado e me convidou para trabalhar com algo que eu nunca tinha trabalhado, que era organizar o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas, que registra todos os casos de intoxicações e envenenamentos. Eu, com minha formação basicamente qualitativa, em história, diante de tantos registros de intoxicações e envenenamentos que estavam muito atrasados, a análise, pensei: “tenho dois caminhos: ou organizo isso numa forma inteligível e compreensível, ou eu desisto”. Bem, como eu gosto de desafios e precisava do emprego também [risos] – aliás, super feliz você defender a dissertação e conseguir logo um trabalho. Naquela época, não era muito frequente, era raro ter bolsas para pesquisador em nível de mestrado, a Fiocruz tinha, hoje em dia não tem mais. Eu aceitei o desafio e pedi para contratar dois estatísticos, dois estagiários de graduação estatística. Eu fiz uma chamada, coloquei cartazes nas faculdades de estatística, na UFF e UFRJ, gostei de duas e contratei. Rosane [Abdala Lins de Saldanha], hoje, ainda continua trabalhando no Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas – fez concurso, fez mestrado, fez doutorado e continua na Fiocruz, no ICICT. E a outra, Maria Bezerra, seguiu outro caminho, gostava de ser professora do ensino fundamental e médio, seguiu outro caminho. E eu organizei essas estatísticas. Esse trabalho foi muito importante para minha formação, porque ele me trouxe a perspectiva de trabalhar com dados quantitativos, mas de uma forma mais descritiva. Trabalhar com uma forma mais descritiva é uma forma que já foi muito utilizada em epidemiologia, ainda é, principalmente para casos de surtos. Na epidemiologia é que você faz a contagem mesmo, diária, semanal, epidemiológica, tudo isso. Então isso me deu background, esse curso quase que forçado, e o que me encantou era o tema dos desastres. Ao trabalhar com o tema dos desastres, estar trabalhando lá, eu quis fazer doutorado em saúde pública. Me encantei pela saúde pública, a saúde pública foi uma paixão mesmo, e iniciei o doutorado na Escola Nacional de Saúde Pública para trabalhar com o tema dos desastres. Ao iniciar o doutorado para trabalhar com o tema dos desastres, a experiência de investigar esse acidente da Bayer, assim como tantos outros, foi fundamental. Mas eu queria saber dos números também, eu me encantei pelos

números, queria saber onde ocorre mais, que tipo de acidente tecnológico é mais frequente: é explosão? é incêndio? é vazamento? quem morre? quantas pessoas são internadas? Perguntas básicas. E saí procurando dados, até que encontrei alguns dados globais, e organizei os dados nacionais e do Rio de Janeiro. A gente começou um projeto, com financiamento, para sistematizar os dados de 20 anos do acidente no Rio de Janeiro. Enfim, estou contando essa história para dizer que eu defendi a tese sobre isso e aprendi a trabalhar com números, isso fez parte da minha trajetória. Durante toda a minha trajetória de pesquisa, sempre combinei uma pesquisa quantitativa com dados, indicadores, mais descritiva, com análises mais qualitativas, trabalhando menos com foco na teoria ou método e mais uma miscelânea, muito mais preocupado com os temas, os problemas aos quais eu estava dedicado. Para os acidentes químicos, eu fui fazer curso de toxicologia, eu tinha que aprender isso. Não fiz infectologia, mas estou estudando e aprendendo [risos], também vou ter que aprender um pouco. Comecei a trabalhar com isso em 2009, fui chamado pela Defesa Civil estadual e, no mesmo momento, também (logo depois, em 2010), pelo Ministério da Saúde, para fazer um diagnóstico nacional das capacidades de preparação e resposta aos desastres. Eu falei que só tinha experiência com desastres tecnológicos, mas eles argumentaram que eu era o melhor perfil porque eu tinha teorias e conceitos muito claros sobre o tema. Nunca tinha trabalhado com desastres naturais. Na Defesa Civil estadual, eu trabalhei com eles num projeto também curto, de sistematização da literatura sobre desastres naturais e impacto das inundações. E fui trabalhar, organizei equipe, foi um projeto que durou 2 anos. Aí eu fiz o diagnóstico das capacidades de preparação e resposta do Brasil para desastres naturais e desastres tecnológicos, isso fazia parte, estava no bojo da organização das capacidades brasileiras para preparação e resposta, que era um requisito do regulamento sanitário internacional. O regulamento sanitário internacional foi aprovado em 2005, e a partir de 2010, começaram vários esforços mundiais da organização dos países, e o Brasil tinha que organizar essa parte. O pessoal da Bahia ficou mais focado nas doenças infecciosas e transmissíveis – surtos, epidemias e emergências em saúde pública – e eu, com a parte dos desastres. Fui trabalhar nisso, teve o desastre da região serrana, em 2011, e em 2009, a gente propôs a criação do Centro de Estudo e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde. Foi rejeitado pelo CD [Conselho Deliberativo da Fundação Oswaldo Cruz] da Fiocruz, naquele momento, porque o CD considerou que o tema dos desastres não era um tema da saúde pública, era um tema periférico. O desastre de 2011 deixou muito evidente que esse era um tema da saúde pública, e em 2011, foi apresentada, novamente, ao CD a criação do CEPED [Centro de Estudos e Pesquisas em Desastres da Fiocruz], que eu coordeno. É importante: ela foi aprovada pelo CD, não é só de uma unidade, eu sempre trabalho com várias unidades em projetos específicos. E a partir daí, eu me sentia um pouco responsável por organizar um pensamento na saúde coletiva relacionado aos desastres. Então, toda minha produção foi focada para diagnóstico nacional dos desastres naturais, e depois de todos os tipos de desastres. Fiz a capacidade de preparação, mas também o diagnóstico, fazendo revisão das literaturas sobre impactos da seca, impactos da inundação e impacto dos desastres na saúde. Não é uma tarefa de um historiador [risos], mas não tinha nada no Brasil assim, não tinha material em português. Fui sempre trabalhando isso com alunos de mestrado e doutorado, em projetos específicos. E a partir do momento que a gente conseguiu avançar – e conseguimos avançar bastante até resultar num guia de preparação e resposta para o SUS, voltado para os desastres naturais –, eu achei que era o momento, também, de começar a me dedicar, a estudar as emergências em saúde pública. Porque tudo que eu lia apontava, primeiro, para uma interface. Esse tema das emergências em saúde pública está colocado desde o início da década de 1990,

principalmente pelo pessoal das doenças infecciosas e transmissíveis, epidemiologia, esse é um alerta que vem desde a década de 1990. E na década de 1990, também, nós tivemos a década internacional de redução de riscos de desastres. Esses dois temas foram correndo, num primeiro momento, em paralelo, e depois foram se aproximando ao longo do tempo, havendo uma convergência. Tanto que no ano de 2019, um pouco antes da pandemia (porque foi no final do ano), a OMS publicou um guia exatamente falando das capacidades de preparação e resposta para emergências em saúde pública e desastres, dizendo exatamente o que a gente já vinha dizendo, que não é possível trabalhar um sem trabalhar o outro, porque o sistema de saúde é o mesmo. A especialidade demandada, ou as especialidades, é que vão depender do tipo de evento ou situação – toxicologista se for químico, radiológica se for material radioativo, infecciosas e transmissíveis se for, por exemplo, uma pandemia ou uma epidemia, como a gente está vivendo agora. Um pouco para contar isso, que eu que já vinha estudando esse tema paralelamente. A gente organizou um curso de especialização que foi concluído, agora, em fevereiro, sobre gestão de risco de emergências e desastres em saúde, em que eu fiquei coordenador do curso, mas assumi a responsabilidade também de ler e produzir materiais que dialogassem com as emergências em saúde pública. Nosso caso de referência foi um desastre numa barragem de mineração. Mas a gente trazia, por exemplo, surtos de febre amarela, porque é um risco real, isso ocorreu em Minas; de dengue, isso ocorreu após o desastre da Samarco, atingindo Barra Longa, um surto que elevou em mais de 1000%, em uma cidade, o número de casos de dengue, só para ter uma ideia. Então eu já vinha estudando isso. A zika eu acompanhei de longe porque não era uma emergência no sentido tradicional, no sentido de as pessoas estarem morrendo, ela era uma emergência no sentido dos danos que provocavam à saúde das pessoas infectadas e das gerações futuras, principalmente, com a microcefalia, foi algo que eu acompanhei mais de longe. Mas eu já vinha lendo e estudando. Quando começou a pandemia, eu procurei me manter distante até o mês de janeiro. No mês de fevereiro [risos], já não dava mais para estar distante. Comecei a ler avidamente, buscar a literatura, entender. E comecei a organizar, com meu grupo de pesquisa, um levantamento das medidas que estavam sendo adotadas, principalmente, a partir de março. A gente começou a organizar já algum trabalho de modo bastante inicial, incipiente, para poder entender, e fomos conversando. Em março, a gente começou esse trabalho, principalmente, a partir do momento que a OMS decretou a pandemia. Foi exatamente nesse momento que a gente começou a levantar decretos e leis no país.

SK - Carlos, anotei aqui março, a gente vai voltar. Deixa só eu te perguntar uma coisa: quando é que você ingressou na Fiocruz?

CF - Eu entrei para pesquisador visitante em 1992, que foi o ano em que defendi a dissertação. Entrei para o doutorado, na ENSP, em 1993, defendi em 1996, tudo em maio – tudo acontece em maio [risos]. Já comecei, imediatamente, uma bolsa de pesquisador visitante do CNPQ (na época era recém doutor). Antes de concluir dois anos da bolsa, a Fiocruz abriu concurso. E aí abriram uma vaga que tinha o meu perfil, riscos tecnológicos, no CESTEH. Fiz o concurso e passei, em maio de 1998 (mais uma vez, [risos]), eu entrei como pesquisador da Fiocruz.

SK - Já trabalhando nessa área?

CF - Já trabalhando nessa área. O concurso foi exatamente para trabalhar com riscos tecnológicos

SK - E o CEPED existe desde quando, no caso?

CF - Desde 2011. A inauguração se dá com o lançamento do site, que foi em dezembro de 2011. Nós espelhamos o site da OPAS em português para desastre em saúde. Eu cuidei de toda a tradução dos materiais. Então foi um lançamento junto com a OPAS, em dezembro de 2011.

SK - Certo. Você falou uma coisa interessante, que em janeiro você estava ainda “meio distante” tema da pandemia. Não havia ainda o registro do primeiro caso no Brasil, mas o que que era estar distante para alguém treinado em desastres e em respostas? Você chegou a pensar “bom, isso vai chegar aqui, isso vai ser complicado”? Qualifica melhor esse “distante”, como é que era sua sensação na época?

CF - Aquele momento era de observação. É claro que eu acompanhei o surto, já a identificação do surto em dezembro de 2019 e em 2020, as notícias sobre a China e sobre o espalhamento para outros países. Distante no sentido de “eu vou aguardar um pouco mais, mas isso pode ter consequências maiores”. Ainda não era o momento de entrar. Com certeza vai chegar aqui, mas temos que aguardar, porque nós já tínhamos tido outros alertas como H1N1 e as SARS, com o risco de chegar ao Brasil e não chegou como se esperava, embora o Brasil tenha se preparado para responder. Era uma espera cautelosa. Ao mesmo tempo, eu estava concluindo um curso de especialização, a coordenação do curso. Então queria me focar naquilo nesse momento, e tinha um projeto do CNPq sobre secas e inundações, e que eu tinha de concluir também, até julho (tenho que concluir até julho deste ano ainda, [risos], consegui a prorrogação do CNPq). Então era distante nesse sentido. A partir de fevereiro, eu começo a conversar, principalmente com o Valcler [Rangel Fernandes]², ele estava muito preocupado, pela Presidência, a gente estava sempre conversando e em março, principalmente, essas conversas se intensificam. Primeiro, conversas bastante iniciais, eu acompanhando mais de longe, mas, em março, essas conversas se intensificaram, até que ele marcou uma reunião, reunindo várias pessoas de diferentes unidades: o Cláudio Struchiner, que está aposentado, mas é uma pessoa que trabalhava muito com modelagem de pandemias; o pessoal do PROCC [Programa de Computação Científica da Fiocruz], o Marcelo Gomes, o Daniel Vilela, a Marília Sá Carvalho, dos *Cadernos de Saúde Pública*, o Maurício Barreto, que é um epidemiologista também, bastante conhecido da UFBA (um time bastante peso-pesado em epidemiologia), o Christovam Barcellos. Eu trabalho muito com Christovam a parte de desastres, mudanças climáticas. E trabalha muito com dados e também foi chamado. O Fernando Bozza, que trabalha no INI [Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas - Fiocruz], também foi chamado. Enfim, era um grupo de pessoas com a Presidência e, principalmente, com a Nísia, para entender o que estava acontecendo e pensar uma estratégia. E, naquele momento, surgiu a ideia de se estruturar um Observatório. E, ao surgir a ideia de se estruturar um Observatório, Nísia [Trindade Lima] e Valcler pediram para eu assumir a responsabilidade sobre isso, no sentido de organizar um espaço que pudesse congrega um pensamento, análises e formulações sobre a pandemia. A partir daí eu comecei a pensar sobre isso, fui trabalhando com esse grupo, trocando mensagens, e depois montando até um grupo no *WhatsApp* também. E fiz dois

² Então chefe de gabinete da Presidência da Fiocruz.

movimentos nesse sentido. Primeiro foi organizar uma proposta do Observatório, que é como ele está hoje. A proposta inicial é mais ou menos a partir daquela ideia de você ter grandes áreas por conjunto de temas que ajudassem a organizar o conjunto de dados, notas técnicas, interpretações, análises, boletins e tudo mais. E um grupo de *WhatsApp*, de trocas rápidas de informações, que foi muito importante no início, um grupo de e-mail, e um espaço colaborativo. Inicialmente nós tentamos o *Teams*, mas ninguém tinha habilidade, a gente tentava armazenar mas não deu muito certo, eu acho que por falta de treinamento, enfim, não dava para fazer essa conversão de uma hora para outra. E a partir desse momento, o que a gente pensou? Nós tínhamos o boletim InfoGripe, que era um boletim regular (esse já saía) e começaram a *pipocar* notas técnicas, relatórios técnicos de diferentes tipos e artigos. No início, o Observatório tinha notas técnicas, o boletim do InfoGripe e relatórios. Tinha um conselho curador, mais ou menos, para demandas e avaliações, ou seja, a gente não colocava tudo, tinha que dar uma olhada porque o Observatório faz parte da política institucional, você precisa ter, claro. O que a gente sempre discutiu foi que se um pesquisador faz uma pesquisa e publica um artigo, ele tem completa autonomia para falar do seu artigo, da sua pesquisa. Mas no Observatório nós temos uma fala e um discurso mais institucional, ele faz parte da estratégia da Presidência de produção de informações e comunicação. Quando eu falo, não falo sozinho. A minha fala sempre é uma fala institucional. E uma fala que é institucional para uma área em que a gente não tem diretamente uma produção... A gente tem produção de vacinas: fala o pessoal de Bio-Manguinhos [Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos da Fiocruz]. Nós temos várias análises epidemiológicas e de infectologistas. Tanto que, no início, em muitas das matérias de jornais, era o pessoal da epidemiologia e infectologia que falava. Então eles falam sobre aquilo que é mais relacionado, como, por exemplo, a evolução dos casos, as internações, o tratamento, tudo isso. Nós temos o IOC [Instituto Oswaldo Cruz – Fiocruz], Laboratório de Vírus Respiratório, então nós não falamos sobre isso, tem porta-vozes direto. Mas precisava ter um porta-voz da instituição, que olhasse a evolução da pandemia e fosse sempre apontando caminhos, porque esse era o princípio. Não adiantava sermos “arautos” da tragédia, da catástrofe, sem trazer a possibilidade de intervenção, que é um pensamento clássico da saúde pública. Hoje, um jornalista da CBN, Milton Jung, perguntou na entrevista: “você tem esperança de que isso vai mudar?” Eu respondi: “bem, eu, como pesquisador de uma instituição de 120 anos, trabalhando em saúde pública, [risos], assim como todos os profissionais da saúde pública, temos que ter esperança. Esse é o nosso trabalho, enxergar possibilidades alternativas onde alguns não enxergam ou não conseguem vislumbrar muitas possibilidades”. É nosso trabalho. Então o boletim nasce impregnado dessas ideias. No primeiro boletim, se vocês pegarem, vão observar que isso está muito tímido, foi ganhando força à medida que o boletim foi evoluindo até esse último, em que a gente ousa e propõe um *lockdown*, um *lockdown* nacional. Isso foi bem ousado, mas foi ousado porque foi baseado em evidências muito concretas, muito claras. Eu acho que é diferente daquela situação em que, em maio do ano passado (2020), um grupo de pesquisadores mais ligados à Presidência propôs o *lockdown* no Rio de Janeiro. Era o momento de controvérsia, a gente ainda estava aprendendo. Eu concordo que o *lockdown* deveria ter sido realizado naquele momento, e isso gerou, sem dúvida, pressões. Mas naquele momento, as pessoas ainda tinham dúvidas se era ou não motivo de *lockdown*. A gente, quando publica esse boletim, quando a gente coloca, a gente tem certeza, certeza pelo quadro e pela experiência de outros países. Eu estou falando isso para voltar à origem do Observatório Covid-19. No primeiro momento, nós organizamos muitos webinários sobre diversos temas. Se vocês olharem no Observatório, na evolução dele, nós temos vários, alguns inclusive em parceria com o

COSEMS [Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde] do Rio de Janeiro, com os municípios, discutindo temas muito relacionados às demandas concretas dos municípios. E à medida que o tempo foi avançando, nós fomos avançando também em notas técnicas e boletins – por exemplo, a nota técnica sobre vigilância de efeitos adversos para o caso de vacinas. Fomos nós que encomendamos, por exemplo, a Bio-Manguinhos, porque estava começando a vacinação e a gente via que isso poderia dar problema mais à frente, considerando que não tem só uma vacina, você tem diferentes tipos de vacinas, com diferentes tempos, diferentes eficácias. Ou seja, é muito mais difícil a vigilância. Então nós conversando com pessoal de Bio-Manguinhos, foi uma experiência superbacana, muito legal, muito legal mesmo, e eles super empenhados na produção da nota, porque nós passamos a incluir o tema das vacinações. Nós publicamos uma nota sobre as variantes de preocupação, essa nota foi uma forma de o Observatório ser também um espaço institucional de sistematização de informações de que a instituição já dispõe, e que ainda não estão consolidadas. Era uma nota que envolvia também o Ministério da Saúde e que a Presidência avaliou que era oportuno lançar o quanto antes, porque vinha aumentando muito a ansiedade no CONASS [Conselho Nacional de Secretários de Saúde], das Secretarias Estaduais e Municipais, sobre o tema das novas variantes. Foi uma primeira nota. As pesquisas no Laboratório de Infecções Respiratórias e Gripes³ continuam no IOC, mas foi uma nota técnica veiculada através do Observatório e numa linguagem do Observatório. O que é “linguagem do Observatório”? Qual foi o nosso exercício ao longo do tempo? Foi aprender a escrever de um modo que possa ser facilmente interpretado e compreendido por um público mais amplo, não necessariamente um público especializado. Esse público que envolve, basicamente, formadores de opinião, jornalistas, secretários de saúde e profissionais de saúde envolvidos no tema. Foi algo que não estava dado, foi um aprendizado que nós fomos tendo ao longo do tempo. A publicação da nota técnica sobre variantes de preocupação e da nota técnica sobre vigilância de efeitos adversos nós trabalhamos conjuntamente com os responsáveis pelo conteúdo técnico-científico, no sentido de adequar a linguagem e sempre pensando como alguém que pode ter dúvidas, para ajudar a esclarecer. Então esse foi um aprendizado. Nós procuramos, na trajetória do Observatório, sempre ter análises de mais fôlego. Fizemos uma análise dos primeiros seis meses, um boletim de seis meses, fizemos um boletim de 2020, para dar um panorama mais amplo, sempre, porque quando você publica relatórios, boletins quinzenais, você acaba muito preso a análise de conjuntura, aos fatos que estão ocorrendo naquele momento, naquela quinzena, perdendo de vista o quadro de longo prazo. Isso é muito importante, porque foi um ponto de inflexão no Observatório e nos boletins, agora, a partir de março de 2021. Por que... o que aconteceu? A gente vinha monitorando as taxas de ocupação de leitos e produzindo mapas desde julho de 2020, quando tivemos o primeiro boletim. O Observatório começou em primeiro de abril [risos], o início do Observatório, 1º de abril de 2020. Em julho de 2020, a partir de uma outra reunião com a Presidência, a gente avaliou que era o momento de sistematizar essas informações. Isso não foi uma decisão minha, do Carlos, do Christovam [Barcellos], Daniel [Vilela], Margareth [Portela], Gustavo [Matta], ou de nenhum membro individual, foi uma avaliação conjunta, junto com a Presidência. O que a gente teve? A gente teve em maio a primeira crise em Manaus, o Rio de Janeiro numa situação bastante crítica, junho também se mostrava crítico em vários municípios, capitais e, principalmente, estados. E a gente avaliou que era importante ter uma sistematização, chegamos à conclusão de que seria muito difícil ter um boletim semanal, porque todos nós estamos envolvidos na pós-graduação, orientando mestrado e doutorado, aulas e todas as

³ Laboratório de Vírus Respiratórios e Sarampo do IOC/Fiocruz.

atividades que são demandadas de um professor-pesquisador. Então decidimos fazer isso quinzenalmente e foi o que fizemos. E fomos produzindo mapas atrás de mapas, a gente foi vendo a situação piorando no final do ano. No final do ano – isso é muito importante, também, para falar dessa estratégia –, a gente teve uma conversa de avaliação com a CCS [Coordenação de Comunicação Social] e a Presidência (basicamente, o Valcler) sobre a questão do fim do ano. A gente já teve um aumento de casos em novembro e avaliou que com a chegada das festas de fim de ano teria uma tendência grande de as pessoas se encontrarem, se aglomerarem em família, com amigos, e aumento das viagens interestaduais e intermunicipais. Esse é um quadro que a gente já traçava no final de novembro. Com base nisso, a CCS assumiu a responsabilidade de preparar uma cartilha. Quinze dias depois... não, quinze dias depois não... dez dias depois eles chegaram com uma proposta pronta e eu trabalhei em cima disso. Eles foram pegando vários materiais... Eu esqueci de falar, teve um processo de aprendizagem em que eu estive diretamente envolvido, que foi o Plano de Contingência da Fiocruz. Eu estive envolvido na organização inicial e no acompanhamento da organização do Plano de Contingência, e depois do Plano de Convivência. E o Plano de Convivência, inclusive, vem da ideia da convivência com a seca do semiárido, ou seja, nós vamos ter que, institucionalmente, aprender a conviver com o vírus tendo estratégias para poder lidar com isso. No Plano de Convivência, nós trabalhamos com a ideia – até contratei uma jovem pesquisadora que estava fazendo especialização em saúde pública, a Maria Mitsuko – de trabalhar com *cards* focados para o uso de máscara, distanciamento físico, higienização para cada uma das coisas. Então o que a CCS fez foi pegar essa ideia dos *cards* e transformar nos *cards* de Natal, e foi superbacana porque depois ficou pronta a cartilha, que envolveu o Observatório, mas foi uma iniciativa da CCS. Isso é muito importante. Com a CCS tem sido um trabalho junto o tempo inteiro, no sentido de ajudar a gente a modular o discurso, de modo que ele seja mais inteligível para um público mais amplo, porque a preocupação da CCS não é só divulgar, mas tornar inteligível para um público mais amplo. A CCS teve um papel fundamental. Elisa Andries e Pâmela Lang, basicamente, ajudando a formular isso. Até aconteceu algo curioso, hoje, porque saiu uma matéria no Estadão, o jornalista ontem pediu uma foto. Eu tinha duas fotos no computador, mandei as duas, só que eram fotos em que eu estava sorrindo. E sai a matéria hoje, eu sorrindo e uma estante de livros atrás, e aí, obviamente, a Pâmela acendeu o alerta [risos]: não pode esse tipo de foto, arranjaram outro tipo de foto e trocaram no Estadão para uma foto mais séria. Eu estou falando que é um aprendizado. A jornalista me pediu uma foto e eu agi ato contínuo, mandei uma foto minha, sem me preocupar com imagens de texto, no contexto [risos], não me preocupei com isso. É tanta coisa que a gente vai trabalhando que acaba perdendo a noção. Enfim...

SK - Você está trazendo várias frentes de reflexão sobre os aprendizados. A gente sempre gosta de deixar registrada a dimensão concreta do funcionamento, da produção. Você está falando da produção de notas técnicas e do boletim. Vamos por partes, porque eu acho que são coisas diferentes, e acho que é bacana a gente tentar entender como é que a coisa é produzida mesmo, porque não é trivial, nesse ritmo da emergência, desses processos, com tanta coisa que a gente está vivendo, inclusive do ponto de vista da vida pessoal, do impacto disso na nossa vida. Então por exemplo, a produção de notas técnicas: como é que isso se dava do ponto de vista de estabelecer uma pauta, um fluxo? Como é o planejamento? Esse grupo, pelo que você falou, é você, o Christovam, vamos deixar registrado.

CF - Eu, Christovam Barcelos, Daniel Vilela, Margareth Portela, Denise Reis, que é da ENSP também, e Gustavo Mata, como pesquisadores. Na última semana, nós trouxemos mais dois pesquisadores, Diego Xavier, do ICICT e Rafael Mendonça, que é do Poli [Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fiocruz]. Rafael Mendonça fez o doutorado em demografia, então nós trouxemos para poder analisar exatamente os dados. A gente tem um monitoramento por faixas etárias, porque há uma tendência de aumento de casos em faixas etárias mais jovens, com consequências também na mortalidade de mais jovens. Então a gente precisava de alguém com essa especialidade. E o Diego Xavier, para analisar a evolução da vacinação e das medidas de distanciamento físico e social a partir dos dados indicadores de isolamento. E pedimos à Presidência o apoio na contratação de um jovem doutor, que é uma espécie de especialista em buscar dados em qualquer lugar do mundo, o Raphael Saldanha [risos]. *[breve interrupção na conexão]* Tem uma jovem orientanda de mestrado, Isadora [Vida de Mefano e Silva], que me ajuda a trabalhar, desde o meio do ano passado, com temas dentro dos boletins. Então a Isadora me ajuda a coletar artigos, evidências sobre aquele tema. Isolamento social: o que a gente tem de evidências? Uso de máscaras: o que a gente tem de evidências? Então Isadora se especializou em buscar nas várias fontes e, principalmente, os que são mais relevantes, de artigos ou mesmo matérias de jornais sobre temas relacionados. Por exemplo, quando incluímos o tema das novas variantes – nós não somos especialistas nesse tema –, não foi só a nota, mas passamos a incluir nos boletins. Isadora foi buscando a literatura para ajudar a gente a entender as novas variantes. Então a gente tem alguém que nos ajuda, qualitativamente, a sistematizar e a organizar as informações, e alguém que ajuda, quantitativamente, também, a organizar e sistematizar essas informações. Esses dois foram contratados. Os outros trabalham, basicamente, a partir dos gráficos, textos produzidos. Eu estava, antes de iniciar a entrevista aqui, organizando a experiência de Araraquara. Qual foi o percentual de redução de casos em cinco dias, em catorze dias, em dezessete dias? As internações, em quanto reduziu? Nesse boletim, que a gente deve concluir hoje, a gente quer mostrar: “olha, é possível. Não é só o que a literatura diz de algo distante, foi realizado no Brasil, é possível”. Essa preocupação é o tempo inteiro. Eu acho que posso falar um pouco de como são feitos os boletins. As notas técnicas são sempre escolhas a partir dos laboratórios. A das novas variantes de preocupação e a de Bio-Manguinhos, sobre vigilância para efeitos adversos, é que envolveram o Observatório numa estratégia mais de resposta imediata, a esse momento, vacinas e novas variantes. As outras notas técnicas são produzidas pela disponibilidade e iniciativa dos laboratórios e grupos de pesquisa, unidades. E aí quando tem, às vezes, as duas ou três notas técnicas sobre um tema muito próximo, o máximo que a gente faz é observar: “olha, estão saindo notas técnicas sobre o mesmo tema”. E a própria Presidência também se encarrega disso – por exemplo, tivemos três notas técnicas sobre escolas e covid-19. A Vice-Presidência de Educação tomou a frente, no sentido de organizar tudo isso numa proposição da Fiocruz, para não sair fragmentando em várias notas técnicas, em diferentes unidades. Então o nosso trabalho ... Quer dizer, a gente não vai fazer esse trabalho de articulação, nem temos condições e nem é o nosso papel, mas sim chamar atenção, observar. A gente não impede ninguém de produzir a nota técnica, mas o nosso papel é estar observando. E para os boletins, foi uma mudança de trabalho, para algo com que nós não estávamos acostumados. Nenhum de nós tinha experiência em produzir, regularmente, boletins. Produzimos o primeiro, fomos aprendendo. É um grupo *WhatsApp* e a gente vai trocando informações diariamente. Na semana de produção de boletins é uma loucura, porque os dados de covid só se encontram disponíveis segunda; o de síndrome respiratória aguda grave ficava terça – agora é quarta e, por vezes, é

quinta – e as taxas de ocupação de leitos, a Margareth só consegue coletar essas informações a partir de segunda-feira, depois de 18 horas, e eram fontes muito variadas, foi um trabalho hercúleo que ela assumiu desde o início. Então é um trabalho muito intenso, quinzenal, e que mudou radicalmente a partir de março. A partir de março, agora. Porque a gente estava começando a preparar um boletim quinzenal, que seria na primeira semana de março, quando veio o mapa... A Margareth produziu os dados e fez análises, e quando veio o mapa ... “Tem alguma coisa errada aqui?”. Checou de novo, porque era a primeira vez em que você tinha a maior parte dos estados com taxa de ocupação de leitos acima de 80%. A gente vinha vendo vários estados ficarem numa situação de risco médio, e aí eu pedi (fui até eu que pedi): “Rafael, você podia colocar todos os mapas numa sequência?” E quando ele mandou, foi chocante para todos nós. Foi chocante mesmo, porque, pela primeira, vez a gente viu a série histórica. A gente vinha acompanhando. Nessa questão da conjuntura, você fica muito focado ali, naquela quinzena, sem olhar numa perspectiva de longo prazo. Numa perspectiva de longo prazo é muito nítido, na sequência de mapas, é que você foi tendo crises e colapsos localizados em capitais e estados, no mínimo três, máximo oito. A partir de março mudou o patamar. Então nós tomamos uma decisão: isso vai sair agora. A gente lançou aquele boletim extraordinário na terça-feira; não dá para esperar análise de tudo, porque a gente mudou o papel, pela ausência do Ministério da Saúde estar cumprindo o seu papel. Na verdade, não era preciso a gente estar fazendo os boletins, o Ministério fazia. Nós passamos a produzir os boletins – eu esqueci de mencionar isso – quando Ministério deixou de produzir os seus boletins semanais. O Mandetta [Luiz Henrique Mandetta] tinha as reuniões diárias e os boletins eram apresentados. Depois a gente foi ficando num vácuo e a situação se agravou, também, quando tivemos aquele apagão de dados do Ministério da Saúde, que eu não lembro exatamente a data.⁴ Várias coisas coincidiram para isso, porque o MonitoraCovid-19 [Sistema de Informação para Monitoramento da Pandemia do Coronavírus (Covid-19) Fiocruz] vinha, de algum modo, organizando os dados. A partir daquele apagão de dados, que eu acho que foi na mesma época, foi quando exatamente a gente decidiu também fazer o boletim. Essas coisas coincidiram. Nesse acompanhamento, a gente nunca pensou em produzir um boletim extra, mas como o Ministério não vinha produzindo, alguém tinha que produzir um panorama nacional. A Fiocruz acabou assumindo esse papel de produzir um panorama nacional, ainda que não fosse semanalmente, mas pelo menos quinzenalmente. Só que, com os dados que apareceram para leitos de UTI, em março, eu – a gente não toma essa decisão sozinho – eu falei, “Olha, mudou o nosso papel. O nosso papel agora não é só informar”. Só informar já é bastante, mas é uma informação para alerta. Como eu venho da área de desastres, a gente trabalha muito com a ideia de alerta e alarme. Você tem os alertas, têm vários sinais de alertas, e quando a situação se encontra numa fase crítica, é o momento tocar o alarme. Eu falei: “é o momento de tocar o alarme”. Entendeu? Não dá para a gente esperar quinta-feira para ter uma análise completa, na sexta, para sair, a situação já está de colapso. A gente tem que intervir logo. Lançamos um boletim extraordinário, foi uma estratégia. Acho que deu muito certo porque já entrou na imprensa no mesmo dia⁵. Produzimos outros boletins com atualização de dados, naquela mesma semana. A gente nunca tinha feito isso, foi muito desgastante pessoalmente, mas muito, muito compensador para todos nós. E na semana seguinte, a mesma coisa. A gente passou a produzir boletins extraordinários de forma regular. Nós temos um boletim extraordinário nas segundas-feiras, em que não tem boletim – na verdade, ele sai na terça. E temos os boletins regulares, que saem de quinze em quinze

⁴ Isso se deu em junho de 2020.

⁵ O primeiro boletim extraordinário foi lançado em 02/03/2021.

dias, acompanhado de um boletim extraordinário, que é o que estamos fazendo essa semana. Nessa semana, os dados de taxa de ocupação não vão mudar, mas em termos de proposição das medidas, a gente vai mais fundo, aprofunda as mesmas. Vou dizer uma fala da Margareth no grupo. Ela falou: “eu tenho a sensação de que todos nós estamos fazendo um dos trabalhos de maior impacto das nossas vidas”. Porque a gente, como pesquisador, vai no dia a dia, mas você não se imagina numa situação assim. Eu nunca imaginei estar envolvido no meio de um furacão dando um alerta assim... Aqui em casa, a Claudia, minha esposa, brinca que quando eu apareço na televisão é porque não tem notícia boa [risos], eu só apareço quando a notícia não é boa. Eu não queria estar nesse papel, mas ao mesmo tempo alguém tem que ter esse papel. Esse papel é da instituição, é da Fundação Oswaldo Cruz, e eu, como coordenador do Observatório, estou responsável. Mas nós temos trabalhado numa estratégia de não ter só um porta-voz quando a gente tem as demandas da imprensa. A gente procura diversificar o máximo, e de acordo com a especialidade, quando há uma exigência de uma fala que traduza mais o equilíbrio institucional, mesmo sendo mais enfática. A gente tem sido muito enfático na questão do bloqueio, *lockdown*, eu assumo a responsabilidade de falar.

SK - Carlos, esse mapa que vocês produziram, nesse boletim extraordinário, essa série teve uma repercussão enorme. Pra gente que está acompanhando a história desse processo, foi um marco muito importante. E você é nosso colega nessa área dos estudos sociais da ciência, você conhece a obra do Bruno Latour. Eu penso muito nessa ideia das *inscrições*, que tem muito a ver com isso, com a produção de dados e de representações, inclusive gráficas e visuais, desses processos que a gente estuda, enfim, da produção de conhecimento. A produção então – me corrija só para ver se eu estou tendo o entendimento correto. Vocês vinham, então, desde os primeiros boletins, produzindo esses mapas a partir de certos indicadores, que seriam ocupação de leitos, síndrome respiratória, via InfoGripe... Algum outro indicador?

CF - Número de casos e de óbitos por covid. Eu tenho que contar uma história, que eu esqueci de contar, que antecede ao boletim. Em maio e junho, nós tivemos duas demandas, primeiro do Ministério Público Estadual, no sentido de manter medidas restritivas - o Observatório estava começando, começou em abril -, e em junho, da Defensoria Pública, no sentido de não desativar leitos. E, desde a primeira nota técnica que a gente produziu, para o Ministério Público, baseado até na experiência das críticas que a Fiocruz sofreu ao propor o *lockdown*, em maio, eu falei: “a gente tem que ter alguns parâmetros aceitos internacionalmente para trabalhar com base nesses parâmetros. Está dentro do parâmetro, está *ok*. Está fora do parâmetro [risos], medidas têm que ser adotadas”. A gente foi buscar os indicadores da OMS para monitoramento da covid-19, que era um total de quatorze indicadores, mas a gente precisava trabalhar com uma linguagem mais simples e direta. Então a gente foi dar uma olhada que indicadores existiam e quais nós poderíamos adotar. Se você pegar o primeiro boletim, ele está baseado nesse documento da OMS e no Covid Exit, que foi uma estratégia de vários cientistas americanos de organizar um mapa dos Estados Unidos a partir de alguns critérios. Nós adotamos, inclusive, os critérios que eles propuseram para taxas de ocupação de leitos, que eram três, que batiam com as da OMS: 80% ou mais, 60% até 79% e abaixo de 60%, que eram bastante simples. Depois o Covid Exit passou para quatro faixas, quatro indicadores, mas nós seguimos nessas porque era o que a gente tinha na série histórica desde o início. Então eram essas. Com a demanda da Defensoria Pública, nós reforçamos isso. Então o que eu estou querendo dizer é que é todo esse segmento que

nós fizemos, que desembocou agora nessa série de mapas, foi baseado em referências que já existiam, de experiência de cientistas em outros países, Estados Unidos, e propostos pela OMS.

SK - Mas então vocês seguiram quatorze indicadores? Por que vocês escolheram alguns indicadores?

CF - Escolhemos alguns porque o princípio... Eu e Christovam nós organizamos, há uns 10 anos, um livro sobre indicadores em saúde ambiental. O indicador tem que ser de fácil interpretação, de fácil compreensão. Não adiantava trabalhar com quatorze indicadores e ter uma... Quando você seleciona os indicadores, você está contando uma história. A gente tinha que contar essa história de uma forma simplificada, e nós não dispúnhamos de alguns indicadores. Por exemplo, testes é um indicador péssimo em termos de disponibilidade e qualidade. Tempo de internação, tinha uns outros assim. Enfim, eram indicadores que nós não tínhamos no Brasil, nós mal tínhamos casos, óbitos, síndrome respiratória aguda grave e taxa de ocupação. A Margareth que burilou e que foi achando em cada uma das Secretarias. Isso nem estava tão sistematizado, foi acontecendo ao longo do tempo.

SK - Então são esses quatro: a síndrome respiratória aguda grave, taxa de ocupação de leitos, casos e óbitos. No caso da SRAG, esses dados eram providos para vocês pelo InfoGripe, não é isso? E Margareth coletava os dados com as Secretarias para ver a ocupação de leitos...

CF - Uma a uma, das vinte e sete.

SK - Pois é, que loucura [riso]. E os casos e óbitos, vocês extraíam essas informações de onde?

CF - O Monitora-Covid-19 foi criado também no dia 1º de abril, quer dizer, a criação do Observatório coincide com esse esforço da Fiocruz de avançar. Ele faz a coleta de dados diretamente através de robôs, no Ministério da Saúde.

SK - Entendi. E a Margareth? Ela faz isso diretamente com as Secretarias Municipais? Nossa, que loucura, não é?

CF - Totalmente. Em alguns casos, até tendo que calcular taxas de ocupação, porque eles não dão a taxa.

SK - Mas como é que funciona?

CF - São números, são os números absolutos, mas não dão as taxas, ela que vai calcular.

SK - E ela tem contato com as Secretarias Estaduais. É isso?

CF - Site das Secretarias Estaduais, coletando no site das Secretarias Estaduais.

SK - Ah! Entendi, no site das Secretarias. Coleta os números brutos e vocês fazem a taxa. É isso?

CF - A própria Margareth quem faz. Ela prefere fazer, porque assume a responsabilidade de todos os dados que faz.

SK - Caramba!

CF - Algumas Secretarias já têm isso pronto, as taxas prontas, calculadas, mas outras, não.

SK - Certo, e aí vocês foram montando esses mapas assim, desde o início. É interessante a reflexão sobre como é que esses dados são produzidos e a maneira pela qual eles são apresentados e comunicados à sociedade. Essa solução dos mapas que vocês fizeram agora, dessa série histórica, da sequência do mapa que vai ficando vermelho, aquilo é de um impacto - emocional, inclusive - enorme. O ponto que eu queria pedir para você comentar um pouco, porque a gente tem conversado muito sobre isso, é que a gente está falando de dados, de evidências e, claro, de ciência, nesse contexto de negacionismo e de dúvidas. Então a dimensão dos dados é fundamental, a dimensão das evidências é fundamental, mas tem também, associado a isso, a dimensão das emoções, de como as pessoas lidam com esses dados e como as pessoas confiam nesses dados. Quer dizer, falar de dados é falar de credibilidade, não é? Ao mesmo tempo, essa situação em que você muda o tempo inteiro, os dados estão sendo produzidos... Como a gente sempre fala – virou quase que um chavão na área –, a gente fala da “ciência em ação”, estamos vivenciando isso. E tem essa dimensão que eu estou chamando atenção, da dimensão do impacto emocional. Como é que foi a repercussão? Porque circulou em todos os lugares!

CF - Nós recebemos demanda do *British Medical Journal* para entrevistas (é que Margareth não conseguiu dar tempo), da BBC de Londres (ligaram diretamente de Londres para a Margareth), da Espanha também, jornais espanhóis. Hoje eu dei uma entrevista num canal português do YouTube. Ou seja, isso foi muito chocante. Foi chocante também para nós, porque se você olhar os boletins antes de março, nós tínhamos o mapa do Brasil, um mapa só e por estado. A gente estava colocando os gráficos, mostrando se vinham na faixa ou não, se superavam ou não a faixa, era a forma de visualização. É uma forma correta de apresentar, porque mostra o quanto você está acima ou o quanto está abaixo, individualmente, mas não mostra o conjunto. Quando a gente pediu para juntar... “Rafael, faz um favor: pega a planilha da Margareth e transforma tudo isso numa sequência de mapas, só para a gente poder ter ideia”. A gente queria ver como isso tinha acontecido. Quando ele colocou no grupo *WhatsApp*, assim, foi uma coisa muito chocante, mas foi muito chocante mesmo para nós. Até hoje isso é chocante, porque até hoje nós continuamos – tem o Amazonas, que está amarelo, mas é 79%, ou seja 1%; você tem Roraima, que está em amarelo, mas a gente sabe da crise de saúde, com os venezuelanos entrando. Então são dados ali, no limiar, muito, muito... E o que a gente assistiu coincidiu, exatamente, com as notícias do déficit de insumos de oxigênio, vários outros insumos que têm impacto todo o sistema de saúde, e até no *home care* – tem pessoas que dependem de oxigênio em *home care*, por exemplo, impacto em todo o sistema de saúde. Se você pegar o boletim extraordinário dessa semana, o nosso trabalho foi caracterizar o que é colapso, porque ainda tem gente dizendo: “ah, não é colapso”. Você caracterizar colapso é por causa disso. Não é só taxa de ocupação de leitos. Esse é apenas um indicador que reverbera num conjunto de outros dados indicadores. No boletim de hoje, a gente está focando nas medidas: “olha, tem medidas que deram certo.

A Bahia fez isso, olha o que aconteceu; Araraquara fez isso, olha o que aconteceu”. Com dados, com evidências, no sentido de trazer essa ideia, que não é não uma proposição fora do lugar. Nós estamos convencidos de que se não houver um bloqueio articulado, nacionalmente, entre os estados e municípios, você não baixa, porque você baixa num estado, mas sobe no outro e aí um exerce pressão sobre o outro. E as medidas, se vocês olharem, elas têm sido adotadas ao critério de cada estado e município, então elas variam muito, assim como a vacinação. Você tem grupos prioritários, mas a interpretação de grupos prioritários em Duque de Caxias, ou em São Gonçalo, é completamente diferente do Rio de Janeiro, por exemplo, e Niterói. Ou seja, a ausência de uma coordenação nacional se faz sentir de forma muito nítida em todas as etapas de enfrentamento da pandemia, até na vacinação. A opção por ter um discurso mais forte foi avaliada como uma necessidade institucional.

SK - Como é lidar com a necessidade de soar... não o alerta, mas o alarme, em relação a essas medidas restritivas? *Lockdown*, inclusive, é um termo que acabou ficando super politizado, super carregado de sentidos, nesse contexto político que a gente está vivendo. E ter que falar dessas coisas com um governo que sistematicamente se coloca contra isso, um Ministério da Saúde, como a gente tem visto, que infelizmente.. Como é lidar com dados, evidências e alarmes (baseados em evidências e dados) nesse cenário político? E, ao mesmo tempo, preservando a instituição nesse meio de campo? É complicado, não é?

SK - Thiago, você queria fazer uma pergunta?

TL - É, eu ia nesse mesmo sentido, Simone. Boa tarde, Carlos. Pensando na história de um boletim extraordinário, no sentido de se colocar de forma mais ostensiva diante da inação do governo, eu ia perguntar a respeito da ideia da criação do Observatório. Acho que também, mal ou bem, vai nesse sentido: “informação para ação” como uma tentativa de criar uma agenda diante de um vazio do Ministério da Saúde, de uma não mobilização, de um não esforço de coordenação nacional. Parece que é uma forma de a Fundação também se colocar, nesse cenário que a Simone coloca, de muita tensão. Eu gostaria que você falasse sobre isso, seria interessante também.

CF - Isso tem um impacto nas nossas vidas também.

EC - É só um complemento da pergunta da Simone e do Thiago. É em relação à repercussão, a esse impacto, porque esse boletim foi muito divulgado, como outras ações do Observatório, como no caso daquele Plano de Natal. Mas me parece que o impacto não foi assim - pelo menos, aparentemente - tão grande como o desse último boletim, também pelo conteúdo da notícia. Então, eu queria saber o impacto em relação ao público em geral: como é que vocês perceberam esse impacto, para além dos gestores e para além da mídia, que divulgou bastante?

CF - Eu acho que quem melhor pode traduzir isso... Eu recebi um *WhatsApp* da presidente da Abrasco parabenizando pelo boletim, dizendo: “vocês conseguiram pautar a Globo” [risos]. Não sei se a gente conseguiu pautar a Globo, mas saiu em todos os jornais, os grandes jornais, Estadão, Valor, O Globo, todos. Eu dei entrevista hoje para a CBN e para o Jornal Hoje. Na semana passada, eu estive no Estúdio i, também no espaço À Noite, no domingo, falando sobre o boletim, com a Margareth Dalcolmo e com o Julio Croda. Quer

dizer, primeira vez que eles reuniram três pesquisadores da Fiocruz no mesmo momento. Isso é muito raro, não é?

SK - Jornal Nacional também, não é?

CF - Jornal Nacional também, na semana passada, que tem um impacto muito grande. Eu acho que a primeira coisa é: nós procuramos trabalhar sempre nesse fio da navalha. É uma instituição do Estado, então ela deve exercer o seu papel como instituição do Estado, que tem uma função diante do Estado, e o alerta. Eu me considero como parte dessa função, tendo o Observatório e, ao mesmo tempo, tendo um governo que vai numa direção contrária de tudo que nós temos falado. Então foi um caminho institucional. Eu acho que eu, hoje, quando falo na televisão, eu sou o rosto de um sentimento institucional maior, do nosso papel de responsabilidade, e de não confrontar o governo, mas colocar “os pingos nos is”. É muito comum, toda vez em que eu sou entrevistado, perguntarem: “o que você acha do presidente?” E ontem, a jornalista do Estadão perguntou: “mas o que você acha do presidente, o que ele está adotando, o novo Ministro da Saúde?” Eu falei: “olha, o nosso papel como instituição de pesquisa e de ciência é mostrar que a gente pode dar a realidade e colocar as ideias no lugar, a partir de fatos, de evidências e de conhecimentos”. Então o nosso papel é colocar as ideias nos lugares, não podemos ter ideias fora dos lugares, não podemos ter ideias que não estejam ancoradas em evidências e na realidade. Eu nunca respondo (nunca respondi), embora tenha vontade [risos] várias vezes. Mas eu não estou lá como o Carlos Machado, eu estou lá como instituição. Tem de ser uma resposta firme naquilo que é nossa responsabilidade, uma responsabilidade grande, mas, ao mesmo tempo, não cair nessa armadilha. Agora, eu queria chamar atenção que isso não ocorre sem tensões para nós, sem tensões entre nós, que estamos no Observatório. Porque quando a gente vai começando a produzir o relatório, sempre ficamos tentados, às vezes, a carregar um pouco mais aqui e ali, não é? E eu, o meu papel ali, como coordenador, é sempre combinar de sermos firmes, mas ao mesmo tempo equilibrados nas evidências, no sentido dos dados, do que a literatura nos possibilita. Isso nos dá uma tensão, é claro, mas também nos dá segurança, dá segurança de falar. Por exemplo, o Nicolelis [Miguel Angelo Laporta Nicolelis] vem falando em *lockdown* nacional há tempos, inclusive, num período [em] que eu nem concordava que deveria ter um *lockdown* nacional. Aí colocaram, essa semana, ele falando e eu falando. A diferença é que o Nicolelis fala: “Eu venho, eu falo isso, eu venho propondo isso”. E eu estava falando pela instituição, porque que nós estamos propondo isso. O que acontece? Por isso que a gente se preocupou muito, no último boletim, em caracterizar porque que é colapso. E nesse boletim, agora, a gente vai caracterizar bem o que deve ser feito, as medidas. É uma preocupação muito grande, mas ela tem consequências sobre as nossas vidas

SK - Vocês já sentiram algum tipo de pressão por parte seja do Ministério da Saúde ou de algum outro ator político, do tipo: “Olha, vocês estão falando demais?” Ou, então, algum tipo de clima de tensionamento nesse sentido? Já foi explicitado a vocês?

CF - Alguma vez chegou na Presidência, mas a Presidência, obviamente, como o Observatório... Faz parte de uma estratégia da Fiocruz ser capaz de ouvir e servir de anteparo, e também conversando conosco, sempre com essa preocupação. Vocês podem olhar os boletins do Observatório, há uma preocupação de ter fatos e dados. É por isso que quando alguns já propunham medidas mais radicais, nós não propúnhamos, quer dizer, era de acordo com a situação do município ou do estado. Nesse momento, a gente

pode dizer com segurança: esse é o momento de ter um bloqueio total, mas já teve situação de Secretário de Saúde me ligando contestando os dados. Então, a gente fica assim... Nós conseguimos um grupo que é muito legal, o grupo está há um ano trabalhando juntos, é um prazer, é um grupo que super interage, super comprometido. A Margareth, os últimos dados, ela terminou às 4 horas da manhã, eram 4 horas da manhã ela estava mandando os dados. É um grupo muito engajado, muito engajado mesmo, no seu compromisso de saúde pública, o que nos dá segurança, porque a gente conversa muito entre nós. Eu pude, imediatamente, responder: “mas os dados são coletados na Secretaria Estadual de Saúde, então, é um problema na forma como a Secretaria coleta os seus dados e na forma como vocês enviam os dados para a Secretaria Estadual de Saúde. Vocês têm que resolver isso”. Quer dizer, passei o problema, elegantemente, delicadamente, para ele. Fora isso, hoje eu vi na matéria do *Estadão* gente me xingando, aqueles comentários [risos].

SK - Deve ter muita gente... Enquanto você estava falando, eu estava pensando o seguinte, também a partir das coisas que a gente estuda e sobre as quais a gente lê. Eu não sei se você estaria de acordo com essa leitura, mas, talvez, o Observatório, justamente a partir dessa face pública dos dados e da evidência, das informações, “para a ação”, como está colocado lá... Você diria que essa credibilidade - que é construída a partir desses dados, dessas evidências e, claro, pelo nome da Fiocruz - é um caminho pelo qual a instituição pode se colocar politicamente em relação a temas mais sensíveis? De alguma maneira se resguardando, fazendo isso via dados, via evidências. Mas está fazendo política, no melhor sentido, quer dizer, está dando as orientações. Por exemplo, não dá para a Nísia ir para uma entrevista e falar: “olha, a gente tem que fazer um *lockdown* amanhã”. Mas os dados daqueles mapas são muito claros, é como se os dados “falassem por si”, como se essa “fala” das evidências permitisse certos posicionamentos que seriam complicados de serem colocados de outro modo. Não sei se você concorda com isso, se você pensa por aí.

CF - A gente tem discutido e, muitas vezes, mais com Valcler, que estava como chefe de gabinete. Porque ficou muito evidente que a Fiocruz vai ter que se organizar, de algum modo, para ter dispositivos como o Observatório. A gente não tem um nome ainda, acho que tem que amadurecer, mas essa ideia de dispositivos capazes de reunir um grupo de pesquisadores, a depender do tema e, claro, trabalhando com muitos dados, no sentido de resultar numa formulação política. Mas é uma informação política baseada em evidências - e vamos lembrar que, desde o golpe que retirou a presidente (ou a presidenta) Dilma Rousseff do poder, a Fiocruz vem sofrendo sucessivas pressões e, por vezes, ataques. Isso obrigou, principalmente, os grupos que, por vezes, produziam notas com caráter mais político, mas nem sempre apoiados ou sustentados em evidências concretas de saúde pública, a se posicionarem sobre diversos temas. Nós tivemos muito isso na instituição durante alguns anos, é recente. Eu acho que esse é um caminho perigoso porque, primeiro, você se desloca de um lugar que é da ciência para a política, e eu aprendi com o Jean Jacques Salomon [risos] que dizia que a técnica é a política por outros modos - então aprendi com a sociologia da ciência que a ciência é a política por outros modos, a gente tem um outro modo de formular políticas. O que a gente está fazendo é claro que é ancorado e baseado em toda a discussão da saúde coletiva. Nada é só nosso, não existe nada que é só nosso. A gente está fazendo e dialogando com a literatura, com os nossos colegas, o tempo inteiro, mas é uma outra forma de formular política, a partir das evidências, exigindo também um outro modo de se colocar, que é um modo de colocar que exige agilidade, rapidez, exige a constituição de um grupo sintonizado. Isso não

ocorre sempre, a gente teve uma conjunção que facilitou muito isso. Eu penso que a instituição não deveria, daqui por diante, enfrentar grandes temas sem ter uma forte base de dados de estudos e de apoio que formule essa política, seja para os temas mais... É claro, você pode dizer que a instituição sempre fez isso e sempre fez, mas acho que não nessa escala, nessa dimensão. A gente fez isso para zika e microcefalia? Fizemos. Fizemos para o sarampo e a febre amarela? Fizemos. Mas eu acho que o Observatório... Eu não estou falando de mim, Margareth, Christovam, Daniel, Lenice e Gustavo, estamos como coordenadores, não estou falando de nós. É a ideia do Observatório como um dispositivo no *locus* institucional com agilidade, flexibilidade, suporte e, ao mesmo tempo, autonomia – porque a gente tem autonomia, uma autonomia, claro, que relativa, a gente não sai “inventando” coisas. E a gente está sempre dialogando com o gabinete da Presidência, monitorando o que está acontecendo, a reverberação e o tom também.

SK - Como você falou, é a questão do alinhamento.

CF - O tom mais firme é porque a gente teve uma discussão de avaliação desses cenários com a Presidência. A vacinação não vai ocorrer no tempo que a gente gostaria, na escala que a gente gostaria. E até lá, nós vamos ter que adotar essas medidas e, com as novas variantes, há um risco de o vírus ganhar velocidade e escala na transmissão. Não dá para a gente ficar esperando as vacinas, ainda que elas sejam importantes. Então... O tom também. É claro que a gente escreveria sobre isso, mas quando eu vou para uma entrevista é o Carlos Machado que está falando. Se fosse a Simone seria um outro modo de falar, se fosse a Margareth seria outro [risos]. Mas é um tom institucional: “olha, tem que ter uma coordenação nacional”.

SK - Já vou te perguntar um pouco mais sobre essa questão do tom, é importante, mas retomando um pouco do que a Ede te perguntou: vocês têm um retorno, alguma maneira de medir a reação que quaisquer materiais do Observatório têm junto ao público mais amplo? Alguém mede isso? Alguém dá esse retorno para vocês? Como é que se manifesta?

CF - Isso faz parte, por isso que é “informação para ação”, não tem informação para ação sem uma estratégia de comunicação. O gráfico que vocês viram, que ficou bacana, foi a CCS que montou. Elas falaram “*Pô, vamos montar isso num filme*”. Fizeram um filme, postaram no Twitter, foi e saiu no mundo inteiro, todo mundo teve acesso àquilo, porque é muito impactante. E nessa estratégia de comunicação, a CCS tem uma empresa que monitora...

SK - Carlos, deixa eu só te interromper para uma coisa importante. É um recado para a pessoa que for fazer a transcrição para colocar um link para esse boletim extraordinário⁶ e, se possível, para esse mapa em movimento⁷. Porque é um material fundamental para o registro aqui da entrevista. Pode continuar, Carlos.

⁶ Boletim extraordinário do Observatório Covid-19 aponta maior colapso sanitário e hospitalar da história do Brasil. Link: <https://portal.fiocruz.br/documento/boletim-extraordinario-do-observatorio-covid-19-aponta-maior-colapso-sanitario-e>

⁷ Maior colapso sanitário e hospitalar da história do Brasil (Mapa em movimento postado no Facebook). Link: <https://www.facebook.com/watch/?v=266811111717554>

CF - A Fiocruz tem uma empresa que está monitorando tudo o que está na imprensa sobre a Fiocruz. A gente recebe da MAP [Mapeamento Análise e Perspectiva] o mapeamento diário do que sai na imprensa e, quando a situação aperta, a gente conversa com a CCS para entender o que está acontecendo. Então, tudo a gente vai procurando entender – por exemplo, o boletim que a gente está concluindo hoje. Ele está muito modulado, influenciado, pelas perguntas que os jornalistas fizeram nas várias entrevistas, ou seja, a gente procura responder, o boletim se torna quase uma ferramenta de diálogo, ainda que isso não esteja explícito. Então qual é o nosso papel? É isso, Simone. Acho que é muito importante ressaltar, Thiago, Ede. A gente não responde: “Olha, o bloqueio, o *lockdown*, é possível”. Quando a gente diz quatorze dias, a gente diz quatorze dias baseado em Araraquara, que foi assim e assado, em tantos dias. O estudo internacional realizado em vários países apontou, em média, quatorze dias. Quando a gente diz “use máscara”, pelo menos 80%, a gente tem o estudo. Porque sempre me perguntam isso, faz parte da estratégia. Nós não produzimos os dados primários, trabalhamos sempre com dados secundários ou estudos realizados por outros, grosso modo, mas é a partir da combinação desses dois que nós produzimos o boletim, o que é uma novidade.

SK - Eu achei superinteressante isso que você falou, porque ajuda a gente a compreender essa engrenagem. Como você disse agora, e é importantíssimo realmente sublinhar isso, vocês não estão produzindo os dados primários, vocês coletam dados, trabalham a apresentação desses dados, dão sentido a esses dados e divulgam. E, ao mesmo tempo, a repercussão desses dados nos meios de comunicação também traz um *feedback* e isso ajuda a modular o tom. É isso que você está dizendo? É uma coisa de ida e vinda? É isso?

CF - Teve boletim que não teve impacto nenhum, a gente soltou o boletim e falou “*Puxa vida*” [risos]. A gente nem imaginava de ter um boletim com esse tipo de impacto, e não gostaria, sinceramente, porque era o pior cenário que a gente podia imaginar. Mas nós tivemos boletins que... Boletins sempre demandam entrevistas na imprensa, o que nos ajuda a modular. Nós tivemos alguns boletins, poucos, sem nenhuma entrevista solicitada. Aí nesses casos eu falei: “nossa, caramba. Nós estamos perdendo o sentido”.

SK - Você lembra de algum, especificamente?

CF - Eu não lembro, mas a CCS consegue o monitoramento. A gente tem o monitoramento disso no próprio Observatório.

SK - Ah, legal, então vocês estão o tempo inteiro acompanhando a recepção desses boletins. É isso?

CF - Mais ou menos, não o tempo inteiro, mas a gente tem ali ferramentas para o monitoramento.

SK - E isso tem impacto, então, na maneira... Aí eu queria voltar ao tema do tom, dessa modulação, porque é um diálogo com a sociedade, não é, Carlos, uma interface?

CF - Duas coisas têm impacto na modulação do que a gente vai propondo: primeiro é nossa leitura diária de todos os jornais – todos nós estamos lendo todos os jornais, diariamente –, e segundo, a gente está lendo também a literatura científica que vem saindo, modulando aqui o que é conjuntural e o que literatura vem dizendo. E um terceiro, que está sendo mais importante nessa etapa, que é a imprensa. Desde o dia 3 de março (o boletim foi lançado no dia 4 de março, se não me engano), as perguntas da imprensa têm

ajudado a gente a responder o que sai nos jornais, as dúvidas e as questões. Alguém que coloca um Twitter malcriado chama atenção. Então eu diria que isso é ciência em ação mesmo, em ação e em diálogo com a sociedade, ainda que esse diálogo não esteja explícito.

EC - As redes sociais fazem parte desse retorno que vocês têm ou só os jornais?

CF - Mais via CCS, a gente mesmo não se detém em monitorar, a gente não tem tempo, não consegue. E eu procuro nem fazer isso, senão a gente fica louco [risos], não dá conta, é muito trabalho. Mas a CCS faz, então sempre que tem alguma coisa: “olha, está reverberando desse modo, está reverberando daquele”. A gente tem sempre um diálogo, uma conversa, às vezes, até marca uma reunião extraordinária para discutir isso. Então, isso é muito importante, não há informação para ação sem uma estratégia de comunicação, e não há uma estratégia de comunicação se não tiver um diálogo ainda que seja implícito, não explícito.

SK - Eu queria passar para um... Ih, Caramba! São quase quinze para as quatro, a gente pode se estender um pouquinho?

CF - Pode!

SK - Eu achei interessante aquela ideia, entre o alerta e o alarme... Olha, isso aí é um título, você tem que escrever um artigo com esse título, hein? [risos] É um tom que exige uma leitura política, porque, muitas vezes, o tom do alarme pode, dependendo da conjuntura política, ter um efeito que não é o efeito que se quer. Como é que vocês lidam com essas análises de conjuntura, no sentido político mesmo? Vocês têm uma conversa nesse sentido ou vai mais do teu *feeling* quando você vai fazer as entrevistas? Como é que funciona isso?

CF - A gente procura ter uma conversa toda segunda-feira – às vezes, é realizada na terça. Tem dia que pode atrasar, mas nós procuramos manter uma conversa toda segunda-feira. Quando a situação aperta, eu converso também com Valcler, Pâmela e Elisa, sempre que tem alguma coisa. Agora, é muito uma leitura diária – às vezes, estou trabalhando e vendo os jornais. Eu vejo o Globo, CNN, BandNews, alternando e vendo a imprensa, um pouco tendo esse *feeling*. Por exemplo, eu tenho certeza, hoje é dia 25, a gente tem que parar com o alarme, senão vira um alarme sem fim. A gente tem que avançar, agora, os passos do próximo boletim. A gente vai ter que ver como trabalhar isso, porque a Fiocruz não pode ocupar esse lugar somente de alguém que faz o alarme, mesmo que a gente venha propondo medidas. A gente vai ter que baixar o tom, poder ser firme, mas, por vezes, recuar, para estabelecer o equilíbrio. E é o equilíbrio institucional. Se a gente continua nesse tom, mesmo que a situação continue ruim, a gente não precisa mais dizer que ela está ruim, está todo mundo dizendo que está ruim [risos]. A gente não precisa mais estar nesse lugar. Acho que o lugar que a gente tinha, para mim - essa é a minha avaliação, tem que discutir no grupo -, encerra hoje. Não que a gente não vá dizer que está ruim no próximo boletim, se estiver, mas o tom do boletim tem que mudar. Ele já está fazendo a conversão nesse boletim, focando menos no alarme. Caracterizamos o colapso, mostramos os dados da série histórica e, agora, a gente está focando nas medidas, e é nisso que a gente vai focar, o que deve ser feito.

SK - E aí a estratégia de comunicação, pelo que você falou, vai ser essa de mostrar os casos em que as medidas de restrição foram adotadas e que funcionaram. É isso?

CF - Pode ser, quer dizer, a gente vai buscar. O problema é que nem sempre os dados e estudos de que a gente precisa estão disponíveis no tempo necessário. A gente tem que inventar estratégias para isso.

SK - Vocês têm usado o termo *lockdown*?

CF - Bloqueio e lockdown, para caracterizar que o lockdown seria o bloqueio.. Mas a gente está lançando uma novidade nesse boletim, que é, primeiro, uma análise da estrutura demográfica e o impacto da covid. É o que a gente vai poder aprofundar também nos próximos boletins temáticos. E também - a gente está decidindo ainda que tipo de gráfico - uma discussão da visualização sobre a vacinação, o percentual de vacinação.

SK - Caramba, vai ser desafiador fazer isso.

CF - [risos] A gente está discutindo e nem sabe se vai entrar nesse boletim, está discutindo. É acabar aqui e partir para a discussão. Se não tiver bom – tem coisas que a gente faz que acha não está maduro ainda –, vamos guardar para o próximo boletim, isso acontece. A gente só coloca aquilo em que a gente se sente seguro. E eu tenho o papel de editor chefe – o grupo tem que estar seguro e eu tenho que estar seguro. Se eu não estiver seguro, não vai.

SK - Falando em segurança também – esse lastro para poder, inclusive, falar e ter credibilidade na fala –, como você está dizendo, vocês trabalham com dados produzidos por diversos atores e instituições. Quando vocês juntam isso tudo, como é que vocês deixam registrado, na apresentação, a origem desses dados, que o Observatório produz essa análise? Porque, é muita coisa e não isso não *paper*, como você falou, isso não é um *paper* em que você vai ter um conjunto de cem referências bibliográficas. Como é que vocês lidam com essa questão da proveniência dos dados?

CF - Os dados do Monitora-Covid-19 são dados, já está explícito nele – se for no site já está explícito – e o que a gente faz é uma apresentação dos dados que vem no Monitora-Covid-19. No Infogripe é a mesma coisa, porque eles publicam boletins – inclusive, o do Infogripe é anterior aos nossos boletins, e os dados estão lá, a gente não precisa. Os dados que Margareth coleta, ela cita que são coletados nos sites das Secretarias Estaduais. E os outros que nós estamos incluindo, nós incluímos a fonte dos dados na parte temática, na parte analítica e temática. Nós evitamos o uso em larga escala de referência, mas sempre que é necessário para fundamentar uma ideia, fundamentar uma proposição, nós colocamos referências. De modo geral, procuramos trabalhar com poucas referências, referências centrais, mas sempre amparado em referências.

SK - Certo. Fala pra a gente dos eixos temáticos, esses quatro eixos, por favor.

CF: Um dos eixos é cenários epidemiológicos, focados, principalmente, num conjunto de dados que ofereçam um panorama da morbidade e da mortalidade da transmissão, tudo isso. Esse é um primeiro. Um segundo é de medidas de controle e serviços de saúde, esse em que a Margareth é coordenadora. O foco é, principalmente, nos serviços e sistemas de saúde, e é nesse eixo que entram, no boletim, os dados de taxas de ocupação. Nós temos

outros dois eixos, que entram de forma transversal, às vezes mais, às vezes menos. Um é o de impactos sociais da pandemia, que vai trabalhar, principalmente, a questão desigualdade dos diferentes grupos sociais – a gente vai trazer algo sobre isso nesse boletim. A gente está sempre trazendo esse tema, a gente traz o tema das desigualdades no acesso aos serviços, isso vai estar mais claro nesse boletim, de novo. Já trouxemos, e a Lenice que vai trazer, muito do impacto na saúde do trabalhador e segurança do paciente – por exemplo, nesse boletim extraordinário, quando a gente apontou o impacto na saúde, a gente quis mostrar que o impacto na saúde não é só a mortalidade das pessoas que não acessam os serviços de saúde. Se eu pego, por exemplo, pessoas de 80 anos ou mais, a mortalidade é de 80% (acho que 80 anos ou mais). Até 80 anos, a mortalidade é em torno de 60%, é altíssima a mortalidade hospitalar. Isso tem a ver com a segurança do paciente, e segurança do paciente tem a ver com esse processo desordenado de expansão de leitos, porque não tem leito se não tiver equipe e insumos. A Lenice cuida desse eixo de segurança do paciente e saúde do trabalhador, em que a gente sempre procura incluir também, chamar atenção para o desgaste dos trabalhadores que estão nos serviços, na ponta, e para além da ponta. Então tem esses quatro eixos. Eles foram acordados a partir das conversas iniciais e, obviamente, acho que tem uma coisa muito prática que ajudou a estruturar o Observatório. A gente trabalhou assim: “o ótimo é inimigo do bom”. Tem um mundo que era ideal, mas se eu não tiver gente que assuma a coordenação, a responsabilidade, as coisas não andam. E a gente conseguiu ter um grupo onde as pessoas assumiram a responsabilidade de tocar as coisas, de poder ser responsável, enfim, por aquele eixo, embora eu funcione como “coringa”, sempre procurando conectar e dialogar com os diferentes eixos. Híbrido, de Bruno Latour, estava pensando aqui agora. Eu funciono como um híbrido, conectando os vários... [risos]

SK - Como ele diria, são as redes de associação bastante heterogêneas, são associações bastante heterogêneas. Aliás, falando de associações bastante heterogêneas, isso que eu ia te perguntar: como é a tua avaliação da interlocução do Observatório com a Fiocruz? Pensando a heterogeneidade, a complexidade e a diversidade da instituição, inclusive do ponto de vista da sua expressão nacional. E também a interlocução com atores externos, Secretarias de Saúde, e outros atores externos do mundo acadêmico. Não sei se houve alguma situação em que isso ficasse mais claro, por exemplo. Existe um Observatório Covid-19 BR (não sei se é assim que chama), que é uma iniciativa da UFRJ, não é isso?

CF - Da USP.

SK - Isso, da USP. Vocês têm contato com eles ou com outras iniciativas semelhantes?

CF - Nós procuramos até ter, no início, mas a questão concreta é que não temos pernas, não é? A gente estava até se programando para organizar um evento de um ano do Observatório e convidar o Observatório BR, convidar o Observatório do Nordeste também, o Consórcio do Nordeste e teve que parar tudo por conta dessa crise. Tivemos até uma reunião, outro dia, com o Observatório BR, por conta das novas variantes. Mas o que a gente tem trabalhado, é assim: a Fiocruz tem várias unidades e tem várias especialidades, nós não avançamos sobre nenhuma dessas especialidades. Sempre que for necessário, o Observatório estará junto com essas unidades para produzir uma nota técnica ou até mesmo incorporar o tema ao boletim – a gente já fez isso, de procurar. E as unidades fora do estado, eu acho que elas têm papel importante de articulação estadual e articulação municipal também, nas regiões em que elas estão colocadas. Nós não temos,

isso ficou muito claro para nós ao longo da pandemia. Nós estamos olhando para o Brasil, nós não estamos olhando para o Ceará, para Bahia, para o Piauí ou para o Amazonas. Se for necessário, o Observatório, pontualmente, irá apoiar uma unidade. Nós tivemos uma situação em que um pesquisador da instituição no Amazonas começou a se colocar de forma bastante agressiva em relação à Secretaria Estadual de Saúde e ao Ministério. O que ele dizia era correto, mas a forma como ele dizia era muito agressiva e desqualificando o trabalho que é realizado pelas Secretarias. No Observatório, nós respeitamos muito o trabalho das Secretarias, o pessoal está fazendo o melhor que pode, e elas têm um desequilíbrio muito grande. Isso é um princípio do nosso trabalho. E isso está gerando uma crise do governo do estado que, inclusive, procurou a Presidência da Fiocruz – foi o governo do estado, não a Secretaria de Saúde – pedindo providências. E, nesse caso, o Observatório entrou, com pesquisadores da Fiocruz de Manaus e a direção da Fundação de Vigilância em Saúde [FVS] do Amazonas. Nós temos um trabalho também com eles por conta dos desastres, o pessoal do InfoGripe, aquelas síndromes respiratórias agudas graves. Ou seja, temos várias interseções, de trabalho conjunto, um pessoal super sério. Inclusive, a presidente da FVS, a Rosemary Costa Pinto, morreu de covid-19, no ano passado (ou início desse ano), uma história muito triste. Então nós entramos junto com a *expertise* do Observatório, no sentido de organizar boletins da Fiocruz Manaus [Instituto Leônidas e Maria Deane]. A Fiocruz Manaus passou a produzir boletins, que deixam de ser a fala de um pesquisador, você tem uma fala institucional, a Fiocruz se posicionando sobre a covid, junto com uma estratégia, que já existia, de testagem, várias outras coisas de trabalho conjunto que a Fiocruz já tinha, de anos, com a Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas, e também a de Manaus. Então, o nosso papel... a gente fica quieto no nosso lugar, ou seja, fazendo o que a gente sabe fazer. Só quando é preciso, só quando é necessário, nós atuamos conjuntamente com outra unidade: Bio-Manguinhos, uma nota técnica, ou mesmo para a Presidência, uma nota técnica sobre variantes de preocupação, que envolvia duas Vices, a de Pesquisa e a de Inovação, enfim, então são esses casos. A gente também estabeleceu um âmbito muito limitado, e as nossas interlocuções, interfaces, acabam sendo a dos pesquisadores com outros, mas não do Observatório, porque a gente, concretamente, não tem tempo para isso. Não é que não seja importante, é que a gente não consegue. E, além do mais, tem só uma observação: a USP tem tido um caminho próprio de apresentar os resultados sobre as novas variantes. A Fiocruz tem tido um outro caminho de trabalhar com as novas variantes de preocupação, até pelo lugar em que a gente está, que, muitas vezes, envolve o Ministério, envolve também pensar estratégias de vigilância, controle e prevenção. Uma vez fomos procurados pelo Observatório Covid-19 BR para desenvolver trabalho conjunto sobre as variantes de preocupação, como algo que envolve, diretamente, o Observatório Covid-19 na Fiocruz. Nós nos colocamos à disposição para sistematizar aquilo que fosse da nossa instituição, e ponto, sem avançar além, ou seja, nós temos muito cuidado de nos colocar institucionalmente, não é um laboratório individual. Isso é o Observatório, foi uma decisão da Presidência, é nesse lugar em que a gente se coloca.

SK - Você diria que essa gestão institucional do Observatório também seria uma gestão de risco? Porque é uma gestão complicada, não é?

CF - É, é complicada, mas é... Eu fiz outro dia (acho que você estava também) uma apresentação no CD do Observatório. No âmbito interno da Fiocruz, eu acho que há muito reconhecimento por parte dos pesquisadores e até um agradecimento. Eu acho que os pesquisadores, a comunidade da Fiocruz, pessoal administrativo, os analistas, todos se

sentem representados na fala do Observatório. Mas é uma gestão de risco também, claro. Eu digo que o Observatório é o fio da navalha o tempo inteiro.

SK - Alguém com a sua experiência também, não é, Carlos? Como trabalhadora da instituição, eu compartilho completamente desse reconhecimento, porque é um projeto institucional, como você está falando, mas também tem os perfis individuais e as trajetórias individuais de pesquisadores como você, eu acho que tem essa *expertise* na sua trajetória, nos temas com os quais que você trabalhou, essa ideia de trabalhar com emergências e com a ideia de desastres no âmbito da saúde, a ideia de preparação, ideia de como fazer essa gestão de risco em tantas interfaces, em tantas frentes. Acho que, realmente, é, de alguma maneira, como se fosse um espaço em que todo mundo se reconhece, e acaba sendo um espaço de modulação de falas e de interface também com a sociedade. Eu acho que essa é uma dimensão importantíssima que a gente tem que destacar. Eu tinha uma última pergunta. Como é que você vê essa questão do ambiente, tratar essa questão da emergência sanitária na interface com muitos debates em torno da questão ambiental? A gente tem, na área da própria Casa de Oswaldo Cruz, uma linha de pesquisa em História Ambiental – a própria discussão que está colocada sobre antropoceno, sobre a emergência climática, o sentido da emergência como uma coisa que marca muito nosso tempo. Como é que é para você, individualmente, como pesquisador, lidar com isso nesse cenário, agora? A gente até brinca... “O Carlos está acostumado a lidar com desastres, ele é calmo e é tranquilo”. Então tem muito isso, as pessoas reconhecem uma segurança na sua própria figura. Mas como é que é, para você, lidar com essa ideia de emergência nessa proporção que a gente está vivendo hoje, sendo alguém que pensa a questão ambiental no sentido mais amplo?

CF - Eu acho que nasci talhado para isso [risos]. Minha mãe, pernambucana... Meu avô era dos Correios, então eles mudavam de cidade em cidade, naquela época. E minha mãe, quando a situação apertava, olhava assim, fechava os olhos e dizia: “azar para mim é festa” [risos]. Ou seja, se tem um furacão, a gente olha no olho e vai em frente. Então, eu acho que estou falando isso porque não é que ‘azar para mim é festa’, mas dizer que tendo uma mãe pernambucana e disposta a enfrentar tantos desafios – por isso que eu fui estudar seca também, a seca que faz parte da história também da Fiocruz, do trabalho da Fiocruz. Eu fui... Você lembra que eu falei que quando eu li o texto de sociologia da ciência, que falava, exatamente, do buraco na camada de ozônio, das mudanças climáticas e da poluição química gerando crises, eu falei: “é isso que eu quero trabalhar na minha vida”, me identifiquei com aquilo. Falei “é isso”. Desde o início estudando isso, seriamente, há muitos anos. Amanhã eu vou estar no Museu do Amanhã numa mesa sobre o Coronaceno, sobre como o coronavírus muda o nosso século. Eu ainda não preparei a apresentação, mas eu acho que eu vou ter que dizer que não, porque nós tivemos a gripe espanhola, e o que nós tivemos foi um esquecimento, passados 30 anos / 40 anos, foi o esquecimento de muitos aprendizados que se teve na gripe espanhola. Mas tem uma emergência que vai atravessar todas as outras e se mescla um pouco com as outras futuras pandemias, com os desastres tecnológicos que vêm acompanhando essas barragens de mineração, com as inundações, com a seca: é a emergência climática. E, para mim, é a situação mais grave - e para essa a gente não está preparado nem um pouco. Porque no que a gente está vivendo agora, a medida mais radical que a gente tem agora, mesmo com grande número de óbitos, é passar quatorze dias em casa e garantir que o alimento ou a água, elementos fundamentais para atender as necessidades básicas, chegue às pessoas. Isso, para mim, não é nada diante do que a gente vai enfrentar no futuro. E esse futuro, para mim, não

importa se ele é 30 anos, 50 anos ou 100 anos, eu estou falando do futuro e das futuras gerações. Eu próprio, provavelmente, não estarei aqui para ver tudo o que essa emergência pode significar e isso me preocupa. Mas eu fiz essa opção de trabalhar, no sentido de formar gente e preparar uma produção bibliográfica, no sentido que ajude a organizar o setor da saúde a olhar para isso prospectivamente, porque o setor saúde sempre trabalhou com isso reativamente. É uma mudança de foco e isso não é fácil. Eu acho que para todos, agora, a pandemia evidenciou isso de forma muito clara. Então eu me preparo para após passar a pandemia, tirar minhas férias - que eu não tirei [risos] - e me preparar para os próximos, enfim, porque não há outro jeito.

SK - Acho que a gente pode encerrar. Estou vendo que você está cansado e estou até meio culpada de a gente ficar duas horas aqui, te colocando na frente da tela. Eu estou falando isso, é um registro mais pessoal, mas é verdade, eu acho que a gente tem que ter essa dimensão, das condições pelas quais a gente está fazendo isso. Estamos aqui, nessa tela de *Zoom*, você está o dia inteiro e a gente também, e vocês, ainda por cima, nessa linha de frente propriamente dita do enfrentamento. A gente está falando de futuro, não é? O que você gostaria que o Observatório deixasse como legado, para além da pandemia?

CF - Eu gostaria que o Observatório deixasse como legado a possibilidade de termos mecanismos institucionais ágeis, rápidos, capazes de congregiar os pesquisadores nas suas múltiplas competências, no sentido de produzir informações para ação, de modo que a gente possa responder a todos os desafios que vão ser colocados no século XXI. Eu acho que se o Observatório pode deixar algum legado, é esse legado de aprendizado institucional, de ter um dispositivo, apoiado pela Presidência, que garante a sua relativa autonomia – porque ele não pode ter autonomia completa, ele tem que estar num trabalho conjunto com a Presidência, ele faz parte da política e estratégia da Presidência de enfrentamento dos problemas de saúde. Mas que a gente possa ter esses dispositivos e que envolvam o melhor dos pesquisadores, dos quadros que a gente tem, e que isso possa ser reproduzido também na formação de alunos. Uma das primeiras coisas que eu penso, ao terminar a pandemia, é, junto com o pessoal do Observatório – e inclusive, da Comunicação Social, os jornalistas –, a gente organizar um curso de formação e preparação de como trabalhar com isso. E eu esqueci de dizer, só mais uma coisa: o que facilitou muito, eu e Christovam, a gente já trabalhava numa disciplina de análise de situação de saúde, que trabalha muito com isso, então a gente conseguiu os dois que foram incorporados agora, Diego e Rafael, que estão nessa disciplina também, trabalhando como professores. Então acho que isso cria um grupo com uma análise mais rápida. Se a gente deixa isso como legado, esse dispositivo, essas possibilidades, é uma outra forma de se organizar que não é somente por unidade, não é somente por departamentos dentro das unidades, não é somente por algo que seja fixo na Presidência (eu nem sei se tem que ser fixo na Presidência), mas a gente tem que ter alguma forma de ter um arranjo institucional que possibilite responder a cada um dos desafios futuros que nós vamos ter - e vamos ter muitos - de forma ágil, rápida e com método. Acho que a gente aprendeu um método. É isso!

SK - Bacana! Vocês estão guardando essa produção do Observatório? Está tudo armazenado no site? Vocês têm um acervo?

CF - Eu estou armazenando no computador, se você quiser eu posso passar todos... eu vou pedir para a Isadora, inclusive, montar um arquivo com link para cada um, o título e

o link, eu acho que facilita. Mas nós já temos todos armazenados no computador, porque eu tenho medo de amanhã ou depois ter um problema no site e a gente perder [risos].

SK - Como unidade de guarda de acervo e de memória, a gente também fica muito com essa preocupação, porque tudo é feito nesse ritmo tão vertiginoso. E a gente tem conversado com as pessoas sobre isso, como é que esse material está sendo arquivado, como é que esse material está sendo guardado. Então, depois a gente pode até ter uma conversa mais específica sobre isso, sobre o que a gente pode ajudar também a preservar esse acervo.

CF - Vamos ter. Porque a Isadora foi contratada, entre outras coisas, para ajudar... ela já baixou todas as notas técnicas, tudo, para a gente não perder esse acervo. Depois a gente pode juntar tudo isso num HD e dar para a Casa [de Oswaldo Cruz], porque eu acho que é uma memória da resposta institucional à pandemia.

SK - Exato! Pena que não dá para a gente guardar todas as trocas de mensagens dos grupos de *WhatsApp* – antigamente, a gente tinha as cartas. Porque eu fico imaginando... Hoje em dia, nossas cartas estão ali. Eu imagino a loucura que seja essa troca de informação nesses grupos.

CF - O tempo inteiro [risos].

SK - Carlos, olha, eu queria te agradecer muito. Eu queria te dar os parabéns por essa iniciativa. Eu tenho muito orgulho da iniciativa do Observatório. Acho que todos nós da Fiocruz temos. Vai fazer um ano, não é? Vocês vão fazer algum evento?

CF - Simone, a gente não tem condições nesse momento, não! [risos]

SK - É, é o momento de celebrar um ano dessa iniciativa, que é tão importante, e ao mesmo tempo a gente está imerso nesse momento tão dramático. Um momento muito duro, muito difícil. Eu acho que esse trabalho que vocês estão fazendo, realmente, é muito importante para instituição, sem sombras de dúvidas, então queria te agradecer muito e te dar os parabéns por esse um ano desse trabalho, que é tão importante. Você estava falando do legado, desse aprendizado, de um curso de alunos, então é o aprendizado que você teve com sua mãe pernambucana, não é? É bacana também esse registro pessoal, sobre o aprendizado, em várias dimensões. Então é isso, muito obrigada! Daqui a um tempo a gente pode voltar a conversar, para poder complementar a entrevista. A gente espera que isso termine logo, não é, Carlos? Mas, infelizmente, o momento em que a gente está é um momento de muita batalha. Vamos torcer para que as coisas melhorem. Está bom? Muito obrigada!

CF - Eu que agradeço, Simone, Ede e Thiago. Prazer estar aqui com vocês. E o que vocês precisarem vou estar à disposição de vocês. Sempre que precisarem.

TL - Obrigado!

EC - Obrigada!

SK - Tá, eu vou conversar depois com você para a gente ver isso. Muito obrigada, tá?

CF - Beleza, Simone! Um abraço, Thiago! Beijo, Ede! Tchau!

Data: 21/11/2022

Segunda sessão

SK - Boa tarde, hoje é dia 21 de novembro de 2022, a gente está continuando a entrevista com o Carlos Machado, que é pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fiocruz e coordenador do Observatório Covid-19 da Fiocruz, até recentemente, não é, Carlos? Vamos falar sobre isso também na entrevista. Eu sou Simone Kropf, sou pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz, quem está comigo é a Ede Cerqueira, que é pesquisadora bolsista Inova do nosso projeto. Carlos, queria te agradecer muito a participação no nosso projeto, continuando a nossa conversa - e essa entrevista está sendo feita via Zoom. A entrevista que você nos deu, nossa primeira conversa, foi em 25 de março de 2021.

CF - Nossa!

SK - É, 2021.

CF - Nem lembrava que fazia tanto tempo!

SK - Faz tempo! E é interessante, porque ela aconteceu em um momento muito particular da trajetória do Observatório. No dia 3 de março [de 2021], o Observatório divulgou aquela série histórica da taxa de ocupação de leitos de UTI para pacientes com doença no SUS, que compreendia o período de julho de 2020 a março de 2021 e chamou a atenção nessa ocasião para o agravamento da pandemia. No dia 16 de março, o Observatório divulgou o boletim extraordinário alertando sobre a situação bastante crítica da pandemia e classificando essa situação como, citando, “colapso sanitário hospitalar”. E aí no dia 23, ou seja, dois dias antes da nossa conversa, foi o boletim extraordinário do Observatório, defendendo a adoção de medidas mais rígidas em virtude, justamente, desse quadro de agravamento, restrição das atividades não essenciais por 14 dias, uso obrigatório de máscaras. Então foi um momento... Eu me lembro até que você comentou na entrevista que você estava sendo muito requisitado para dar entrevistas, no Jornal Nacional, enfim, era um momento de muita visibilidade do Observatório. Como é que foram as consequências daquele momento? O que você lembra desde ali?

CF - Algumas coisas a gente só consegue vislumbrar depois. No momento em você está ali, como diriam os sociólogos, na “ciência quente”, você não tem uma visão. Naquele momento, a gente estava vendo através dos dados a crise sanitária, que era evidente, reforçada pelas imagens na imprensa, tanto na internet quanto na televisão, e deixava claro para todos nós, e nos meios de comunicação, um sentido de urgência e de crise grave, com o governo federal, principalmente, tendo uma resposta muito aquém, mas muito aquém, procurando se esquivar das responsabilidades e uma resposta muito aquém das necessidades, porque claramente faltou um planejamento para insumos básicos para o atendimento hospitalar, como também já havia, desde novembro e dezembro, uma perspectiva de fim da pandemia por parte do governo federal, então os casos começam a crescer em janeiro, principalmente fevereiro. É como se eles tivessem sido pegos de surpresa por algo que não era surpresa para ninguém, porque você, analisando os dados, via o crescimento. Então a gente tinha esse cenário, por um lado. E, por outro, aquele alerta. Você falou da demanda, muita demanda para a imprensa. Deu um senso de responsabilidade, porque todo o grupo assumiu isso, o que foi muito legal, a gente

conversava o tempo inteiro sobre isso, ou em reunião ou no *WhatsApp*. Devíamos estar afinados nas entrevistas e dar entrevistas para todos os meios, mas foi algo que ganhou uma dimensão que a gente nem imaginava. Por exemplo, acho que foi o *British Medical Journal*, o *The New York Times*, vários jornais. Por exemplo, aquele quadro com os mapas, a CCS transformou num vídeo. Aquele vídeo circulou o mundo em inglês também. E eram demandas de entrevistas, desde periódicos científicos renomados até jornais internacionais, o *The Guardian*, o *Le Monde*, o *The New York Times*, só para citar uns exemplos, e todos os jornais, veículos de comunicação nacionais de grande circulação, Globo, Estadão. Eu lembro, não sei, acho que foi o Christovam que foi no Ratinho [risos], mas nós fomos a todos. A estratégia era: nós não vamos deixar de ir em nenhum, porque a gente está muito ciente e muito firme do que a gente tem que falar. E as entrevistas foram muito boas, todas elas. Então foi um momento de grande visibilidade e senso de responsabilidade muito grande e de conversa não só entre nós pesquisadores, mas aí também o apoio da Comunicação Social [CCS], que foi vital. Eu falo isso o tempo inteiro, a experiência do Observatório não foi só uma experiência de produção de informações, foi também de comunicação, havia uma estratégia de comunicação, não era só produção da informação. A produção da informação era a base, mas ela não seria suficiente; houve uma estratégia de comunicação, que foi esse vídeo que a CCS produziu.

SK - Esse vídeo, só para a gente lembrar, foi o vídeo dos mapas ficando vermelhos...

CF - Se você procurar no YouTube ainda encontra ele.

SK - Isso, porque era exatamente esse mapa da taxa de ocupação dos leitos, então conforme ia se agravando essa situação, representada pela cor vermelha, dava realmente esse impacto visual de um processo de agravamento. Interessante como essa representação visual foi marcante. Essa demanda desses meios de comunicação diversos era especificamente motivada por esse filme? Eles sabiam dessa produção?

CF - Sabiam.

SK - Dessa representação dos mapas?

CF - Sabiam. A gente, desde o início, produziu a taxa de ocupação de leitos a partir daqueles critérios, a gente tomou como base uma ONG americana... Não lembro, a gente citou no primeiro boletim que a gente produziu, e usando esses indicadores. E também da OMS. Então a gente procurou simplificar, porque a gente já vinha de uma experiência, principalmente eu e Christovam, do trabalho com indicadores; eles têm que ser simples, tem que ser fáceis em termos de comunicação. Então já vinha dessa experiência e com o grupo foi fácil trabalhar isso, com Margareth, com Daniel, principalmente, isso foi muito fácil. Mas a gente nunca tinha feito... A gente produzia somente um mapa e quando veio esse período de crise, foi a primeira vez que a gente pensou em pedir para o Rafael Saldanha, que é quem produzia os mapas para nós. O Rafael Saldanha tinha feito doutorado no ICICT com o Christovam e ele é um menino excelente, de ciência de dados, sai buscando dados em tudo quanto é lugar, super conectado, ele foi aprovado agora para um pós-doutorado na França, dois anos, superlegal, a gente ficou super contente. E o Rafael Saldanha, a gente pediu para ele: "Rafael, dá para produzir uma série histórica desses mapas?" E o Rafael produziu a série histórica, porque até então a gente só olhava mapa por mapa. Quando ele botou a série histórica, nós mesmos ficamos muito

impactados, foi algo que nos impactou bastante. E esse mapa tem uma peculiaridade, porque a gente trabalhava muito num raciocínio epidemiológico de agravamento da incidência. A lógica do mapa [com as taxas de ocupação] era outra: a partir de tanto indica que você já passou do limite, está nas bordas, à beira de uma crise, de um colapso do sistema de saúde. Então esses mapas tiveram um impacto muito grande, eles foram muito importantes, tão importantes quanto os outros, porque se a gente mostrar os gráficos de casos e óbitos, os gráficos mostravam claramente o crescimento, a ascensão; os mapas não mostravam isso tão claramente pela lógica de reprodução de mapas. Tanto que qualquer área de desastres hoje em dia, eu digo global, ou mesmo de emergências de saúde pública, tem uma equipe já especializada de visualização de dados, porque a visualização de dados é tão importante quanto a análise. Se a análise é descritiva e analítica, a visualização de dados, para o gestor principalmente - e esse é um dos princípios indicadores - ela tem que ter uma forma de comunicação mais direta, isso era fundamental. Então foi a primeira vez que a gente produziu esses mapas e eles foram os principais responsáveis pelo aumento dessa demanda, tanto a sua forma impressa - que permitia ver claramente a mudança de cor, com o Brasil quase todo em vermelho -, quanto o vídeo. O vídeo, como era de muito fácil circulação, era um vídeo curto, circulou em redes como o Twitter, Instagram, Facebook, Youtube, tudo. Então a combinação dos dois trouxe para o Brasil um olhar muito claro, que aparecia nos dados, mas eu acho que os nossos dados e os boletins tiveram papel importante nisso.

SK - O uso da palavra “colapso”, eu mencionei essa expressão “colapso sanitário hospitalar”. Ede, será que você tem como conferir se realmente essa expressão foi usada no boletim?

CF - Foi usada, “colapso”.

SK - O uso dessa palavra, como é que é isso?

CF - O uso da palavra, Simone, foi muito pensado, muito discutido, ela não foi em vão. O que eu disse desde a primeira entrevista: era produção de informação e uma estratégia de comunicação. Como estratégia de comunicação, nós poderíamos usar várias palavras, “agravamento”, “crise”, só para citar alguns exemplos. Nós chegamos a discutir muito isso e eu defendi e todos concordaram que naquele momento a gente vinha assistindo já ao agravamento, a crise já era iminente, a gente precisava passar uma mensagem de que não dava para ir mais um passo além, isto é, era preciso mudanças radicais no enfrentamento da gestão, tanto que menos de quinze dias depois a gente defendeu pela primeira vez, e foi a única vez, um *lockdown* nacional. A gente nunca fez isso, porque trabalhando na lógica do monitoramento epidemiológico, seria sempre a nível municipal, municípios e regiões, nunca seria nacional; o que pode estar presente em uma região ou microrregião, uma região de saúde, não necessariamente está o mesmo quadro na outra, porque isso vai depender de diversas condições. Então quando a gente escolheu a palavra “colapso”, ela foi muito bem pensada e tendo como base alertas raros, mas que já foram realizados para a área ambiental em alguns relatórios da ONU. O *Millennium Ecosystem Assessment* de 2005 falava na crise e colapso, nessas duas ideias, e o livro do Jared Diamond, “Colapso”. Não sei se vocês conhecem, é um livro que faz uma análise, ele é um biólogo de origem, ele escreveu “Armas, germes e aço”.

SK - Ah, sim, esse eu conheço.

CF - É, e tem o segundo livro, que é “Colapso”, em que ele analisa porque algumas civilizações desapareceram, com a ideia de que elas utilizaram mais recursos, sem olhar para o futuro, do que elas tinham disponíveis para o seu sustento, sua sustentabilidade. Então a ideia de colapso era a ideia de que o sistema de saúde não tinha nenhuma sustentabilidade naquele momento, não era sustentável. Eram necessárias medidas urgentes e diversas simultaneamente, foi um termo pensado como estratégia de comunicação.

SK - Houve reações a isso, no sentido de incômodos em relação à ideia de *lockdown*? Estou vendo aqui. A formulação que está no boletim, como vocês dizem: “A necessidade da adoção de medidas rígidas para a transmissão da doença em todos os estados, capitais e municípios que se encontram na zona de alerta crítico”. Vocês não usaram, eu não tenho certeza... Acho que não usaram a palavra *lockdown*?

CF - Não. Mas a ideia era *lockdown*. É que a gente não queria por uma palavra em inglês, então a gente procurou usar...

SK - Ah, mas isso é interessante! Você está falando da importância do alerta, da comunicação, sobre a gravidade da situação. A palavra “*lockdown*” é muito carregada, ela foi muito carregada no sentido político que se conferiu a essa situação, quase que como um pânico de interrupção de tudo e houve muito um atravessamento político no uso dessa palavra. Então a opção por não usar *lockdown* não foi nesse sentido, foi simplesmente por colocar uma palavra equivalente?

CF - Uma palavra equivalente em português. Mas nas entrevistas que nós demos, nós usamos. Se você for pegar matérias na imprensa ou, principalmente, na televisão, nós usamos o termo “*lockdown*”.

SK - E como era a reação ao uso desse termo? Como era a reação em relação a essa orientação a partir de um diagnóstico de colapso, de uma situação muito crítica?

CF - Eu lembro que, na época, o chefe de gabinete era o Valcler e teve reação do Ministério da Saúde, claro. Um incômodo gerado por boletins da Fiocruz, principalmente essa sequência de boletins, um mês de boletins que são bem duros, bem duros, porque a situação era muito crítica. Mas a presidência sempre olha no trabalho técnico, sempre amortecendo os impactos e a gente trabalhando sem nenhuma interferência, a gente conseguiu trabalhar sem nenhuma interferência e o uso dos termos no boletim... Porque quando a gente usou “colapso”, já era uma palavra muito forte. Então o “*lockdown*”, além de não ser uma palavra em português, a gente achou também que trazê-la... A gente chegou a usar em algum momento entre parênteses, em algum dos boletins, mas colocamos entre parênteses, em boletins em que a gente queria reforçar isso. Mas a gente foi sempre procurando equilibrar essa estratégia de comunicação, e nesse momento a gente achou que “colapso” por si só já era mais do que suficiente. E foi.

SK - O que você destacaria, Carlos, em relação a outros momentos na trajetória do Observatório, de igual ou próxima mobilização e visibilidade? Se você fosse fazer uma linha do tempo do Observatório, como é que você veria esses momentos de maior projeção ou maior visibilidade, que demarcariam essa linha do tempo?

CF - A gente teve a primeira onda, com alguma visibilidade, e veio aí essa segunda, que começa em fins de novembro, início de dezembro [2020], muito forte e que resultou na crise. Essa foi uma visibilidade que a gente não esperava e não estávamos preparados, ninguém estava preparado, porque você não imagina, ninguém se prepara para isso. E a outra foi a da ômicron, mas com essa foi bem mais tranquilo, porque também era muito nítido um crescimento de casos, uma nova variante altamente transmissível, mas como agora. Eu estava com o Daniel na entrega do prêmio lá da Abeu, era um quadro similar ao de agora. Se você tem um crescimento grande de casos, isso obviamente puxa as internações, mas o percentual de internações é pequeno comparado com aquele momento que a gente viveu de crise, e são internações em que a maior parte não evolui para quadros críticos e graves como a gente tinha naquele momento, porque naquele momento era não só o aumento das internações. Por isso a ideia de colapso, porque era não só o crescimento da demanda, que era muito maior do que a oferta, mas mesmo dentro do que você tinha de oferta disponível, você não tinha insumo suficiente. Então era um colapso tanto de suprimento quanto no sentido de aumento da demanda.

SK - Que insumos?

CF – Eram insumos desde anestésicos, respiradores, oxigênio, os medicamentos para UTI, faltava tudo, ou tinha um e não tinha outro, foi uma falta de planejamento brutal.

SK - Foi nesse contexto que houve a crise lá em Manaus, não é?

CF - Começou em Manaus...

SK - Em início de 2021?

CF - Início de 2021. Ela se anunciou primeiro em Manaus, principalmente com a falta de oxigênio, mas você tinha os outros insumos de algum modo disponíveis. Quando a crise se espalha por todo o Brasil, não tem insumo suficiente para todos, inclusive oxigênio, porque faltou oxigênio não só em Manaus; em vários outros municípios, capitais, estados, nós tivemos o registro da falta também de oxigênio, então foi colapso, tanto no fornecimento de insumos quanto no aumento da demanda, que era muito maior do que a capacidade, porque mesmo que tivesse todos os insumos, ainda assim não tinha leitos para todo mundo, essa que era a questão. Não tinha leito para todo mundo, mas quem estava nos leitos não tinha insumos o suficiente, então por isso que a gente trabalhou muito pensadamente com essa ideia de colapso.

SK - Mas aí na fase da ômicron, o cenário era completamente diferente.

CF - Completamente diferente. Teve um aumento muito grande de entrevistas, porque o momento de entrevista seguiu as ondas. Então eu acho que na primeira onda o Observatório estava ganhando alguma visibilidade, servia de referência, você tinha o InfoGripe, mas o que marcou mesmo o trabalho do Observatório foram esses boletins de março até maio, março, abril e maio. Foram três meses de trabalho muito intenso.

SK - E na onda da ômicron, início de dois mil e... A gente perde um pouco a referência.

CF - 2022, agora esse ano.

SK - 2022, esse ano, Nossa Senhora! O tempo fica completamente bagunçado. Como foi a visibilidade do Observatório do ponto de vista dessa relação com a sociedade, de demandas nessa situação, que preocupou também, com muita transmissão?

CF - Sim, mas a gente procurou no Observatório sempre combinar, porque um boletim é uma análise muito conjuntural, do momento, ele pega aqueles quinze dias. Durante a crise, a gente pegava semana a semana, então é mesmo muito conjuntural, nós sempre procuramos combinar uma análise de um pouco mais longo prazo, e um prazo um pouquinho maior: os últimos seis meses, o último ano, os últimos dois anos. Então a ômicron coincidiu com a gente estar fechando um boletim que fazia uma análise de dois anos de pandemia, desde a Declaração de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional pela OMS lá em janeiro de 2020. Então isso nos permitiu - foi até o gráfico que apareceu hoje no congresso da Abrasco. Ele foi produzido pelo Christovam e mostra as diferentes ondas, em termos de testes, casos e óbitos. Eu mando o gráfico para você já, já, por WhatsApp. Então a gente conseguia olhar. Nas entrevistas e nos boletins, a gente sempre estava procurando olhar para o que estava acontecendo, mas tendo como referência o passado, o que nos ajudou na perspectiva de dar tranquilidade e segurança nesse período da ômicron. E é importante dizer que embora não estivessem presentes no Observatório diretamente, nós tínhamos dois outros porta-vozes que atuaram fazendo esse meio de campo, principalmente desde janeiro de 2021, que eram Margareth Dalcolmo e o Julio Croda. Embora não estivessem integrados diretamente no trabalho do núcleo do Observatório, a presença deles regular na imprensa e, a partir de janeiro, principalmente fevereiro e março, dialogando em suas falas com o boletim, nos dava uma certa tranquilidade, porque o Julio é infectologista. Nós não temos um infectologista na equipe, é uma equipe que trabalha com dados, com análise de dados. E a Margareth é médica pneumologista. Então ia dando todas as recomendações. E eram as recomendações básicas que estavam sendo dadas, isso fazia um meio de campo. Eu posso dizer com tranquilidade que Julio e Margareth, eles foram... É como se a gente fosse um time sem ser um time, o time da Fiocruz, onde a gente ia trocando bolas.

SK - Então havia essa conversa entre vocês em relação a como apresentar essas informações? Essa comunicação.

CF - Não havia conversa direta, a gente não conversava diretamente, até porque, Simone e Ede, não dava tempo, principalmente no momento de crise, não dava tempo. Se você está lendo os boletins, certamente você está identificando vários problemas de revisão, porque a revisão era feita correndo e algumas revisões eram feitas poucos minutos antes de ser lançado, aí depois que lançou a gente identificava problemas. Então não havia tempo. Naquele período de crise não havia tempo. Se eu fosse deixar uma lição, é assim: você tem que ter uma equipe completamente dedicada a isso e ela não pode fazer mais nada. Por isso que quando eu saí do Observatório, que foi em maio desse ano... Ficou tudo parado, não tem como você fazer outra coisa e estar numa situação de resposta simultaneamente. Depois ficou mais tranquilo, mas num momento de crise como aquele, era trabalho integral.

SK - Carlos, como a gente está falando dessa *timeline*, no sentido mais geral da trajetória do Observatório, então eu vou adiantar uma pergunta que eu ia te fazer mais para frente.

Quando que vocês perceberam que o Observatório estava caminhando, de alguma maneira, não digo para o encerramento das atividades, mas que o processo estava mudando? A gente sempre teve muito cuidado de usar a ideia de que a pandemia tinha acabado, a gente agora, inclusive, está vendo esse aumento de casos, no momento que a gente está aqui hoje, mas houve um momento em que, de alguma maneira, se teve uma percepção de que estávamos caminhando para um equacionamento da pandemia. Enfim, queria te ouvir sobre isso. Quando foi esse momento e como é que vocês pensaram essa reorientação do Observatório e seu papel nisso?

CF - Quando a gente chegou a 70% ou mais da população vacinada com a primeira dose e a gente via nos dados - era o início do ano de 2022 - um crescimento da segunda dose e até de terceira dose, em janeiro eu já tinha pedido para sair, porque achava... Uma é que eu estava muito cansado de 2021, porque foi um ano em que eu nem tirei férias, não tive férias, estava cansado mesmo, e achava que a tendência do Observatório seria... A gente tem o InfoGripe, que faz o monitoramento dos óbitos e internações. Se você vinha visualizando uma queda dos casos de óbitos e internações por covid e das síndromes respiratórias agudas graves, esse é um indicador que o InfoGripe daria conta, porque na verdade ele foi criado para isso, para servir como alerta, lá atrás, e ele tem esse papel e essa responsabilidade e cumpre isso muito bem. E a gente via naquele momento também, com os novos prefeitos, a gente viu claramente uma mudança, que os estados e municípios tinham aprendido, estavam com uma capacidade hospitalar já muito adequada e preparada, alguns até inclusive desmobilizando leitos para poder atender as outras demandas que eram importantes. A gente conseguia visualizar isso nos dados, a gente discutia isso o tempo inteiro. Mas aí veio o ômicron em janeiro, fevereiro, e eu, claro, tive que adiar, o Juliano [Lima], já como chefe de gabinete, pediu para eu esperar e eu esperei, mas chegou em maio desse ano e era nítido para mim que não teria sentido continuar no Observatório e a gente chegou a discutir isso com a presidência. A gente só não desmobilizou o Observatório para não passar em nenhum momento a ideia de que a pandemia acabou [risos], porque a gente tinha um governo negacionista, que ainda está aí presente, e qualquer ideia de desmobilização do Observatório traria consigo a ideia de: “Ó, está vendo, o Observatório fechou, a pandemia acabou”. A gente não queria fazer isso, não podia fazer isso, como estratégia de comunicação. Mas hoje o que eu vislumbro é que o InfoGripe tem perfeitas condições de estar informando as medidas necessárias e volta e meia a Margareth dá entrevistas ainda. Marcelo Gomes, que é o principal porta voz do InfoGripe, dando entrevistas sobre a necessidade do uso de máscaras, de manter as medidas de isolamento, de distanciamento em alguns casos, cuidado com ambiente fechado, ambientes de grande circulação. Acho que o Observatório é para responder à crise. Para a situação de monitoramento normal de uma doença, e a gente tem uma doença que já está incorporada ao nosso cotidiano, nós temos outros sistemas que dão conta. A gente espera que com o novo governo o Observatório seja menos ainda necessário, porque o Observatório foi assumindo, e isso é importante destacar. A Fiocruz, não o Observatório, mas a Fiocruz, através do Observatório. Porque é a Fiocruz através do Observatório. Tinha a ancoragem nos dados, nos boletins no Observatório, mas tinha os dois também, o Julio e a Margareth, atuando junto. A Fiocruz ocupou um papel que não foi ocupado pelo Ministério da Saúde. A gente tendo um Ministério da Saúde fazendo o que tem que fazer, o desejável é que Julio, Margareth e o Observatório apareçam cada vez menos.

SK - Pensando justamente nesse dilema, de se dizer ou não que a pandemia acabou, e essa é uma questão colocada até hoje, como é que ficou o Observatório? Você falou nesse momento em que vocês optaram por não desmobilizar. Como é que ele está hoje? Como é que você vê o funcionamento dele hoje e o que se espera que ele seja? Já há um consenso entre vocês sobre isso? Como é que foi a reação? Porque eu mesma me lembro de ouvir algumas pessoas dizendo: “não, o Carlos não pode sair do Observatório, não pode sair da coordenação do Observatório, o Observatório não pode acabar”, como um lastro mesmo de confiança, no sentido dessa orientação para ação. Como é que você vê esse processo, como é que está hoje? Ele foi desmobilizado, vai virar outra coisa?

CF - Realmente não, na prática ficou o Christovam, com o MonitoraCovid, e o Daniel [Vilela] pelo InfoGripe, como responsáveis por produzir boletins. O Christovam seria mais notas técnicas. O MonitoraCovid deixou de produzir notas técnicas; em tese ele estaria produzindo, mas não produz mais. Na prática ele está desmobilizado, mas oficialmente não. Mas, na semana passada, a Comunicação Social, por conta da crescente demanda de posição da Fiocruz sobre o uso de máscara, a gente produziu uma pequena nota técnica sobre o uso de máscaras, uma iniciativa principalmente da CCS por conta do aumento das demandas. E acabei, mesmo não sendo coordenador, ficando responsável... Nunca deixa de ser, né, Simone? [risos]

SK - Essa é ótima, “mesmo não sendo coordenador, permaneci como responsável” [risos]. Ficou engraçado! Mas eu compreendo, é uma situação difícil de lidar, né, Carlos?

CF - Por isso eu acho que o Observatório, a experiência... A minha formação inicial sobre o tema de crises e desastres se deu muito a partir dos trabalhos de Silvio Funtowicz e Bruna De Marchi. Não sei se eu cheguei a passar algum artigo deles. Um deles era o “Risk management and governance”. E Bruna e Silvio, eu tive contato direto com eles. Ela é italiana, e o primeiro livro de sociologia de desastres foi o realizado por ela, em inglês. Eu tive esse livro e acabei dando. E o Silvio foi um pensador, um filósofo, e tem uma ideia, que trabalhei no Observatório o tempo inteiro no grupo, para dentro e para fora... São duas ideias importantes. A primeira é a da congruência, ou seja, tudo o que a gente quiser tem que ser congruente, não dá para ter uma produção de boletins em que uma hora eu digo uma coisa e em outra hora digo outra; eu posso até mudar, mas para mudar eu tenho que justificar o porquê dessa mudança e porque ela está diferindo, sendo diferenciada naquele momento das anteriores, ou seja, até a mudança tem que ser congruente com o que eu vinha dizendo. Isso a gente procurou trabalhar nos boletins o tempo inteiro e eu fui muito insistente, chato às vezes. Eu dizia: “A gente não pode dizer nada fora daqui. Se a gente disse isso, a gente vai ter que continuar dizendo”. Isso acho que ajudou. Outra coisa foi a confiança interna-externa. Falando na confiança. Eu não tomei nenhuma decisão dentro do Observatório sem ouvir os outros coordenadores, nunca. Mesmo em situações de emergência, eu falava: “olha, a gente tem cinco minutos para decidir por causa disso, disso e disso, mas eu preciso ouvir vocês”. Então isso criou muito uma confiança interna e uma confiança externa também e a confiança externa vinha da congruência. Eu lembro quando eu pedi para sair, o Juliano falou: “mas a gente confia muito em você”. Eu falei: “eu sei, Juliano, mas eu preciso fazer as outras coisas”. E a gente precisa, eu acho, mais do que pessoas, precisa formar essas ideias, trazer essas ideias para a formação dos nossos quadros, porque eu acho que são ideias de gestão, não são ideias do Carlos Machado.

SK - Sobre essa dinâmica de buscar essa congruência, buscar esse acordo interno. Houve alguma situação de dissenso? O que seria natural, não é?

CF - Teve. Eu não sei lembrar, não sei precisar assim exatamente quais, mas eu sempre recorria à leitura dos boletins anteriores. Tivemos dissenso em alguns momentos. Para manter a congruência, eu recorria a boletins anteriores: “Olha, mas nós dissemos isso”. Estava atento o tempo inteiro a essa ideia da congruência: “outros órgãos disseram isso”, a gente não podia ter uma ideia diferente do que estava dizendo a OMS. Não é por uma ideia hierárquica, mas era uma ideia de estratégia também, é política de comunicação. Mesmo que a gente pudesse discordar da OMS, naquele momento a gente devia buscar o máximo de consenso com a OMS, porque isso era estratégia. Mas no grupo, e talvez nas outras entrevistas isso tenha aparecido, o grupo teve uma dinâmica também muito boa, o que nem sempre ocorre, e mesmo tendo discordâncias, dissensos entre nós em alguns momentos, nós buscamos sempre aquilo que era mais consenso. Então mesmo quando alguém não tinha talvez uma palavra, um termo, uma ideia que fosse mais dominante ou hegemônica naquele momento, ela de algum modo estava ali presente. A gente sempre procurou trabalhar com a ideia: a gente não deixar nenhuma ideia para trás, mas algumas ideias têm que ter mais visibilidade do que outras.

SK - Carlos, eu vou passar para a Ede para ela conduzir algumas questões em relação ao próprio funcionamento do Observatório nesse período, mas vou começar levantando uma primeira questão em relação a isso. Você mencionou o Monitora Covid. Como é que você avalia a relação que houve entre o Observatório e outros sistemas de monitoramento da pandemia, como o MonitoraCovid, o InfoGripe, a própria Rede CoVida, da Fiocruz Bahia?

CF - Se me chamassem hoje para assumir o papel de coordenação de algo similar ao Observatório, eu estabeleceria desde o início um papel de responsabilidade muito claro de cada um, de cada um dos sistemas, e o que seria necessário de suporte. Por que eu estou falando isso? Porque, olhando para a Fiocruz... A Fiocruz vai ter que pensar nisso para as próximas situações de crise, que eu espero que demorem tempo suficiente para ser um relato histórico, que tenha que olhar só no passado, que não seja tão logo. Eu vou falar da relação com cada um deles. O InfoGripe é um sistema ligado à presidência já e que tem na Comunicação Social da presidência um dos seus principais vetores de comunicação; ele não tem essa autonomia, porque o InfoGripe é da presidência, essa relação está resolvida, está clara, ele produz boletins semanais, como sempre fez, e não tem nenhuma dúvida do seu papel e responsabilidade no que faz, mas é uma marca própria, o InfoGripe. O MonitoraCovid foi uma iniciativa extraordinária do Ict, que tem um papel importante na informação e comunicação, mas tem uma relação de amor e tensão às vezes com a presidência. Amor e tensão porque é uma unidade [o Ict] e ela quer ter sua marca. Todo mundo quer ter sua marca. Aprendi na pandemia que todo mundo quer ter sua marca registrada lá, independente de quem seja. Mas, ao mesmo tempo, tanto quer ter o mesmo “privilegio” que tem o InfoGripe, que é a comunicação social como principal vetor de comunicação, como quer ter autonomia para poder publicar seus boletins, suas notas, seus relatórios próprios e aí não quer fazer isso pela Presidência, porque pela Presidência sempre envolve idas e vindas. Se vai pela Presidência, por exemplo, eu tinha que olhar, ou alguém da presidência, ou da comunicação vai olhar e falar: “olha, isso não está adequado no momento”. Até a chefia de gabinete já foi mobilizada e falou: “olha, não dá para soltar uma nota com esse teor, dá para dizer isso,

mas de outro modo”. Então o MonitoraCovid foi superimportante como um sistema de informações, eles são muito criativos, mas nessa tensão o tempo inteiro entre autonomia e integração, o que me trazia algumas tensões por vezes como coordenador, porque acabava parando em mim. E a Rede CoVida seguiu um caminho próprio, nunca se integrou; foi chamado para integrar, mas quis seguir um caminho próprio, tanto que nós chamamos também o pessoal do Rede CoVida para publicar capítulos dos livros do Observatório e eles escreveram livros próprios. É como se fosse uma rede paralela à Fiocruz, mas ancorada na Fiocruz. Então isso é algo que a presidência vai ter que enfrentar algum dia, e para mim era claro, Simone, eu estava como coordenador do Observatório, não como responsável pela Fiocruz. Eu nunca enfrentei nenhum desses problemas, dizia muito claramente para a chefia de gabinete, para a presidência: “olha, isso são programas anteriores ao Observatório, é a presidência que tem que resolver, eu não tenho como resolver isso, eu vou trabalhar nos boletins, sistema de informação das notas técnicas”. E também delimitei essa responsabilidade que caberia ao Observatório, porque não ficaria na gestão desse sistema de informações. Então, por conta dos sistemas de informações da Fiocruz, sem dúvida é a instituição com maior potencial, haja visto o que a gente acompanhou durante a pandemia, sem desconsiderar e desmerecer as outras iniciativas, como o Observatório Covid-19, que reuniu o pessoal lá de São Paulo - e tem gente da Fiocruz também envolvida e muitas outras. A Fiocruz tem grande potencial, mas ela vai precisar trabalhar num ajuste que permita uma relação tanto vertical, de quem comanda esse sistema de informações, quanto horizontal também. São todos importantes, a gente tem que dialogar entre si. E aí eu vi cada um, todo mundo tentando deixar a sua marca, isso é um problema.

SK - Essa é uma observação bastante interessante do processo, quando você vê a instituição, como um todo, mobilizada, com tanta centralidade no processo, mas ao mesmo tempo constituída de grupos e de dinâmicas muito diversas, muito heterogêneas. Vou passar aqui para a Ede, ela tem algumas perguntas em relação exatamente a essa questão dos dados. Pode seguir, Ede.

EC - Carlos, em janeiro desse ano de 2022, houve um apagão dos dados da plataforma do Ministério da Saúde. Qual o impacto disso no Observatório?

CF - Boa pergunta, Ede, porque nós tivemos dois apagões de dados, o desse ano e o de 2021 também.

EC - Sim, sim.

CF - Se eu não me engano, foi lá para maio, foi no momento da crise mesmo...

EC - Foi. Abril e maio de 2021.

CF - Isso. A gente se virou. O Rafael Saldanha, do Icict, do MonitoraCovid, teve um papel muito importante, porque ao ser um pesquisador da ciência de dados e quase um *hacker*, ele conhecia todo mundo desses meios que buscavam fontes de informação direto na Secretaria. Então eles criaram um sistema paralelo, que permitia capturar informações, ainda que com atraso, mas permitia. Porque a nossa lógica, Ede, o tempo inteiro, foi: mesmo que os dados não tenham a precisão, a qualidade e a oportunidade (oportunidade seja o tempo) que nós desejaríamos num sistema de informações, nós vamos produzir análises, porque as análises são importantes. Então era muito claro para a gente que o que

a gente dizia era mais importante do que a qualidade, oportunidade e disponibilidade dos dados. A gente passou essa crise buscando, através de grupos e iniciativas de ONGs que trabalham com acesso público aos dados.⁸ Há uma iniciativa no Brasil, trabalhando em parceria com eles no sentido de disponibilizar dados da pandemia. Eram dados oficiais, só que não eram passados pelo Ministério da Saúde, eram capturados direto nas Secretarias. Isso foi algo muito legal e que deve ser documentado. Era plataforma ID... Enfim, eu posso buscar depois para vocês, eu pergunto ao Rafael que iniciativa foi essa. Ela foi muito importante, porque permitiu não só o Observatório, mas outras iniciativas acompanharem a pandemia mesmo quando teve o apagão dos dados.

EC - No início da sua fala, você destacou a importância da escolha dos indicadores para fazer a análise e a apresentação no boletim. Fazendo a leitura dos boletins, principalmente de 2020, em muitos momentos vocês destacavam como seria importante ter acesso a dados sobre a testagem, que foi uma coisa muito complicada aqui no Brasil. Como é que foi lidar com essa falta de determinados dados que poderiam ser indicadores bem importantes para fazer essa análise e fazer essa comunicação?

CF - Eu estou passando um gráfico para você, Simone.

SK - Ah, agora sim.

CF - Depois você passa para a Ede. Primeiro: a gente dizia que era importante a testagem e os dados de testagem, porque isso permitiria antecipar crises, mas como a gente não teve uma política de testagem, nós acabamos delegando a segundo plano esse tipo de dado, mas não deixamos nunca de incluir nas análises. Ou seja, porque mesmo sem ter uma política de testagem, em alguns momentos o crescimento de testes positivos era um indicador de que a gente estava caminhando para um crescimento de casos e provavelmente para um aumento de internações e talvez de óbitos, a depender da cobertura vacinal daquele momento. Então a gente sempre reforçou isso, a testagem é fundamental em qualquer epidemia, pandemia. Eu e Christovam já trabalhamos muito juntos e principalmente num guia de indicadores de saúde ambiental e embora eu não seja da área de métodos quantitativos, eu sempre gostei de trabalhar com dados e o Christovam também. O nosso princípio sempre foi que mesmo com a ausência de dados, a gente faz a análise de dados, porque a ausência de dados é uma informação. Ter poucos dados revela algo da realidade que a gente tem que trazer para a discussão, então nós sempre incorporamos a questão dos testes nas análises, embora nem sempre o mapa sobre testagens. Gráfico sobre testagens, foi só esse, que eu passei para a Simone e que depois a Simone passa para você, em que a gente compara o crescimento de casos, testes, óbitos e internações.

⁸ Nota do depoente: vale a pena ler o capítulo de Raphael Saldanha sobre o MonitoraCovid-19, pois oferece um panorama das redes de articulações necessárias e de infraestruturas conectadas. "Em 3 de junho de 2020, data em que o painel Coronavírus Brasil mantido pelo MS foi parcialmente escontinuado, ocorreu o chamado "apagão de dados". Nessa data, regredimos quatro meses em termos de transparência de dados oficiais e passamos a depender diretamente de projetos e iniciativas privadas para manter o MonitoraCovid com dados atualizados. Passamos, então, a utilizar diariamente os dados disponibilizados pelo projeto Brasil.IO." Link para o capítulo: <https://books.scielo.org/id/zx6p9/pdf/freitas-9786557081211-17.pdf>

SK - Você me passou aqui uma imagem de um gráfico com casos, óbitos e positividade dos testes nas diferentes fases da pandemia. Esse gráfico foi publicado no boletim do Observatório?

CF - Foi publicado no boletim de dois anos da pandemia, saiu agora no boletim de covid da Abrasco, que está sendo lançado hoje, se quiser eu passo o link para você já, foi lançado hoje. E num artigo, que o Christovam publicou com o Daniel na Reciiis [Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde]. Então ele está publicado tanto no boletim de dois anos de 2022, quanto nesse artigo da *Reciiis*, quanto agora no dossiê da Abrasco.

EC - Como você vê essa questão de acesso, compartilhamento de dados e integração de diferentes plataformas?

CF - Bem, primeiro a gente trabalhou esse que era um princípio do SUS e era um princípio nosso no grupo, de que os dados públicos devem ser públicos e transparentes, então foi por isso que a gente não teve problema nenhum de trabalhar com ONGs, buscando, capturando dados direto nas Secretarias, mesmo com imprecisões, porque era um apagão de dados, então o apagão de dados era um dado. Qual era a causa? Nós deixamos para os outros discutirem. A causa a gente sabia [risos], mas tinha vários outros grupos discutindo isso e nós colocamos isso nos boletins. E a integração de dados é fundamental no enfrentamento de qualquer pandemia, isso está em discussão desde a década de 1990, o DataSUS conseguiu avançar muito, tem um grupo excelente nisso. Houve um desmonte do DataSUS nesse governo, a gente espera retomar, mas tem todo o pessoal de dados que trabalha com a interoperabilidade, que é ter diferentes bancos de dados que possam dialogar, para ter a integração dos bancos de dados. Por exemplo, se você tem o cartão SUS, você permite integrar e acompanhar os pacientes que tem vacinação, que vieram internar, que estão sendo acompanhados pelo SUS, tudo isso está em discussão, mas a gente teve quatro anos aí de atraso nisso. Eu espero que a gente possa retomar, isso é vital e foi nessa perspectiva que a gente trabalhou o tempo inteiro, Ede.

SK - Você acha que os aprendizados da pandemia são aprendizados só na perspectiva de perceber os problemas ou são aprendizados no sentido de perceber os problemas e já encaminhar as soluções?

CF - Acho que foram aprendizados nos dois sentidos, Simone, porque a gente viu também muitas iniciativas bacanas, de Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, de ONGs, de mobilização da sociedade, de parcerias. Por exemplo, nós tivemos o caso do Conexão Saúde na Maré, que é uma experiência que envolve desde mobilização comunitária até empresas privadas, a Fiocruz, a própria Secretaria Municipal. Então a gente viu muitas coisas positivas e aprendizados para o futuro. Não é só o Conexão Saúde, tem várias outras iniciativas, mas cito essa aqui que é a que eu mais conheço. Nós vimos Secretarias de Saúde fazendo um trabalho impecável, mas muitas vezes a pandemia ultrapassando as suas capacidades, porque ia além do que faria uma ação coordenada. Então vimos muitas coisas bacanas em termos de soluções, eu acho que isso tem que ser valorizado. Eu estou com um projeto em que a gente está sistematizando as iniciativas de combinação da ABS [Atenção Básica em Saúde] com vigilância. É só uma interface, mas esse é um exemplo. Nós tivemos várias iniciativas superbacanas, desde o pessoal que trabalha com populações de rua até Unidades Básicas de Saúde, com testagem, como por exemplo aí

no Conexão Saúde. Então eu acho que o que eu aprendi com desastres é muito visível na pandemia. Nos desastres a gente vê o melhor e o pior do humano. A gente vê pessoas se aproveitando de famílias, de populações em situações de crise, que perderam tudo, mas assistimos simultaneamente a uma solidariedade e a uma organização da sociedade que não assistimos em outros momentos. Então acho que tem dos dois.

EC - Sobre o funcionamento do Observatório, eu queria saber se, ao longo desses dois anos, houve mudanças na estrutura, no funcionamento, em relação ao desenho inicial que vocês pensaram, isso inclusive em relação ao boletim.

CF - Sim, porque como era um grupo, o grupo foi evoluindo ao longo do tempo e principalmente a entrada de três novas pessoas, quatro, na verdade, trouxe um dinamismo muito grande. Primeiro o Rafael Saldanha, que era recém doutor, trabalhou com o Christovam e a Isadora, que trabalhou comigo. Ter dois jovens na equipe, um trabalhando mais com dados e outra mais nos aspectos mais qualitativos das políticas, trouxe um dinamismo muito grande, os dois foram muito bem-vindos, muito bem recebidos, trouxeram um ar novo para o grupo. Depois o Rafael Mendonça e o Diego Xavier, com características muito distintas. O Rafael com dados por faixas etárias e dados demográficos querendo produzir coisas o tempo inteiro, o Rafael não parava [risos], era muito engraçado, e o Diego querendo a precisão dos dados, reclamando dos dados o tempo inteiro, a gente falando: “mas Diego, a gente tem que fazer um relatório, não adianta, com esse governo a gente não vai mudar”.

SK - Do que ele reclamava?

CF - Ele reclamava da qualidade dos dados, do tempo dos dados, mas eu dizia: “Diego, esse é o mundo em que a gente está, não tem jeito”. Mas é a característica de cada um e tem a ver com a personalidade de cada um; um reclamava mais, mas fazia, outro queria fazer coisas o tempo inteiro. Então eu acho que a introdução desses quatro trouxe um dinamismo bastante grande. E os momentos que nós vivenciamos, porque nós tivemos um momento aí, do primeiro patamar, que foi em 2020, e depois começou a cair e ao começar a cair o Observatório e os boletins perdiam importância. A gente produzia, porque a gente estava produzindo também uma série histórica, produzindo um registro da pandemia. E a gente quando começou a ver cair, achava que o quadro podia mudar, quando assistimos, a partir de outubro, a uma mudança e em novembro começa a subir de novo, aí deu um alerta para nós. Deu um alerta porque já tinha perspectiva de iniciar a vacinação em outros países e o Brasil nem queria discutir, na verdade o governo federal discutia o fim da pandemia. Então nesse momento de alerta, em novembro, mas principalmente em dezembro de 2020... Quando você trabalha em uma situação de crise, os ânimos da equipe estão diretamente relacionados ao tamanho da crise: quanto maior a crise, mais a equipe fica animada, quanto menor a crise, mais a equipe tende a trabalhar numa situação mais de normalidade. Então aquilo acendeu um alerta, nós soltamos a cartilha de Natal, que teve muita demanda, mas a gente já conseguia assistir, no boletim de dezembro de 2020, a um crescimento dos dados em Manaus, já era muito nítido, tanto que no boletim de dezembro a gente alerta para a situação de Manaus, porque a gente via também na televisão as manifestações contra o uso de máscaras, o isolamento social. Nos momentos em que foi crescendo o número de casos e internações... E aí é quando entra o Rafael Mendonça, ele entra em 2021. Eles foram trazendo um ânimo, uma excitação na equipe em termos de trabalho. O momento de crise foi o momento de trabalho muito

grande entre nós, um momento muito forte para o grupo de trabalho, para a equipe como um todo, muito forte, uma experiência muito única, e à medida que maio, junho, julho foi diminuindo, para nós foi dando a sensação de dever cumprido. Dever cumprido, porque a gente viu a vacinação avançando, e com isso, a partir de maio, acho que junho, já começa a entrar o Diego, com a análise dos dados de vacinação, o que permitiu a gente trazer um outro tom aos boletins, um outro tom, ou seja, havia uma medida farmacológica, a gente não aguentava mais falar de máscara, isolamento, não aguentava mais, era sempre batendo na mesma tecla. A vacinação trouxe um outro tom para nós, que era o dos grupos prioritários, de ampliar a vacinação, as crianças, os idosos, mulheres grávidas, ou seja, trouxe outras possibilidades de discussões. Então esses momentos diferentes da pandemia também trouxeram para o grupo momentos diferentes de interação, reflexão, debate e análise. À medida em que a pandemia foi diminuindo, o grupo foi desmobilizando. Por saber que é uma equipe que trabalha com crise, tende a se desmobilizar e se você mantém muito tempo esse trabalho com pouca demanda, em termos da situação de crise, a tendência do trabalho é se perder um pouco. Essa era a minha preocupação, de encerrar as atividades do Observatório. A gente só não encerrou por conta do governo atual, a gente não podia oficialmente encerrar, então a gente prolongou, até que eu saí em maio. A gente pediu já para pensar em encerrar em janeiro, mas aí veio a ômicron, então a gente nem pensa mais nisso. Veio a ômicron e a gente tem que cuidar disso, e passada a crise da ômicron, encerrar. Esse é o momento em que a gente está, de desmobilização na prática.

EC - Esse grupo de pesquisadores entra todo junto no primeiro semestre de 2021 ou foi mais espaçado?

CF - O grupo de pesquisadores inicial entra em 2020: eu, Margareth, Daniel, Christovam, Victor Graboís, Gustavo. Aí trazendo o Rafael Saldanha.

SK - Inicialmente Victor, depois Lenice.

CF - Isso, Victor e depois Lenice. E o Rafael com análise dos dados, o trabalho ali de produzir os mapas, os gráficos. Depois a gente incorpora a Isadora, se eu não me engano a partir de junho, e Rafael e Isadora foram realmente muito bons, por serem jovens, trazerem um novo olhar. Mas o grupo depois incorpora, em janeiro, o Diego e o Rafael Mendonça. O Diego tinha terminado a tese de doutorado, eu participei da banca dele, ele produziu o documento para o Brasil Saúde Amanhã, ele conhece muito o tema. E o Rafael porque ele tinha falado: “olha, eu estou mudando de área, estou saindo do Politécnico, se tiver trabalho na covid eu gostaria de me incorporar”. Então achei que trazer mais um pesquisador não seria ruim. Conversei com o grupo e esse grupo permaneceu ao longo de 2021 e 2022 inteiros.

EC - E no boletim, houve uma mudança por conta da mudança na estratégia de comunicação ou as mudanças foram se dando por conta mesmo da conjuntura da pandemia?

CF - As mudanças foram se dando por conta da conjuntura. Eu posso dizer que, em 2021, a gente teve uma mudança também, eu esqueci de falar. Deixa só eu ver aqui, só um minuto. *[breve pausa]* Teve uma mudança na estratégia de comunicação que foi fundamental e pouca gente dá atenção... Tem a ver com a CCS, mas vai além da CCS, enquanto jornalistas. E foi o Guto, o Guto da Comunicação Social, que cuidava da arte

gráfica. Se você perceber, os boletins de 2020 tem uma cara. O Guto traz as fotos a partir de 2021 e as imagens constituíam - eu já falei sobre isso, eu acho, com vocês - sempre um diálogo sobre o momento da pandemia. E o Guto teve uma vantagem muito grande, eu sou muito grato ao Guto, porque ele se incorporou, quase não falando nada, mas a sensibilidade dele para o momento da pandemia, ele sempre trazia imagens, e quando a gente entendeu isso, a gente começou a conversar mais com o Guto: “Guto, vamos pensar uma imagem sobre esse tema”. Muitas vezes, a partir dos momentos de crise, eu também buscava imagens: “Guto, vamos trabalhar com isso. Guto, vamos pensar nisso.” O Guto teve essa iniciativa e na maior parte das vezes as imagens foram iniciativa dele. As capas do boletim já diziam ao que veio o boletim e isso foi muito importante na estratégia de comunicação.

SK - Você acha que essa escolha da capa tinha a ver com o que vocês gostariam de retratar do que estava acontecendo ou do que vocês gostariam de dizer como orientação para frente?

CF - [risos]

SK - Porque nem sempre é a mesma coisa!

CF - Algumas vezes o que a gente gostaria de retratar, outras vezes o que a gente gostaria de dizer, teve esses dois. Essa foi uma mudança muito grande, foi importante. E é curioso, porque você trabalhar com o grupo... O Guto completamente circunspecto, trabalha em artes visuais, encarou e se incorporou ao grupo no que ele sabia fazer - e ele fez o melhor possível. E também a Regina Castro, da CCS, que era incansável pela comunicação social, no contato com jornalistas, ela não parava. Não sei se vocês entrevistaram, mas acho que eu pensaria, talvez em algum momento...

SK - Regina da CCS?

CF - Ela foi incansável...

EC - Em relação ao que aparecia na página do Observatório, ao que era divulgado, por exemplo, as notas técnicas, relatórios, artigos. Como é que se dava o fluxo de entrada daqueles materiais? Eram vocês que escolhiam, em algum momento vocês chegaram a solicitar a alguma unidade ou a pesquisadores que fizessem uma nota técnica específica para determinada questão?

CF - O Observatório, quando foi pensado, foi pensado de a gente ter notas técnicas, boletins e de divulgar isso, relatórios, análises, e com uma curadoria, através das suas coordenações. Primeiro o Victor, pela segurança e qualidade do paciente, Daniel e Christovam com cenários e vigilância, Margareth pela questão dos hospitais na rede, o Gustavo pelos impactos sociais e eu na coordenação geral. Aí, no momento em que a gente criou a página do Observatório ... A página do Observatório o pessoal do Ict foi superbacana, o pessoal trabalhou dia e noite virando para botar logo a página no ar. Aí o apoio do Rodrigo foi fundamental. No momento em que o Observatório é lançado, todo mundo queria ter visibilidade para o seu produto. No início não era para ter artigo, aí todo mundo queria ter um dos artigos, depois eu falei: “Olha, vamos...” Só passava para os coordenadores das áreas, se aquilo deveria ou não estar disponível, eles que decidiam, a menos que fosse algo muito polêmico, como uma nota técnica que a gente recebeu que era sobre a saúde dos trabalhadores na covid. Mas a nota era focada no pessoal nos antigos

guardas de endemias, dizendo que eles não podiam trabalhar na covid porque já tinham sido expostos aos agrotóxicos de combate à dengue no passado e que poderiam ter doenças graves causadas por isso. A gente não tinha como colocar isso daquele modo, porque havia vários outros agentes comunitários de saúde que também podiam ter doenças, comorbidades. Eu tinha que proteger os trabalhadores que tinham comorbidades como qualquer outro, mas eu não tinha como proteger *a priori* um grupo pelo fato de terem sido expostos, por poder ter ou não ter comorbidade. E a gente, teve que dialogar, ida e volta com os autores da nota, dizer que era a Fiocruz e ela estava olhando para todo o sistema de saúde, não estava olhando só para uma categoria específica dentro do sistema de saúde. A gente teve esse cuidado o tempo inteiro. Fora isso, queriam colocar pesquisas sobre a covid, então a gente - na verdade o Observatório - se tornou um amplo *site* onde tudo que envolvia a Fiocruz, direta ou indiretamente, a Fiocruz com parcerias, poderia estar ali se fosse sobre covid. Então, no princípio, a gente pensou uma curadoria mais restrita e a realidade nos trouxe uma coisa mais ampla. O único pré-requisito era: havia algo que contrastasse - a ideia da congruência - com o que a gente estava dizendo? Se não tinha, beleza, ok. E também a gente recebeu uma vez uma nota técnica que era contra a política do atual governo. A gente teve várias notas técnicas sobre povos indígenas, dos trabalhadores da saúde, dos hospitais, várias, e falavam, na verdade, indiretamente contra a política que o governo vinha adotando, mas não precisava ter uma nota técnica contra, isso é um manifesto [risos], não é o lugar. Você está num Observatório, que era um observatório da Fiocruz, que é parte do Ministério da Saúde e, como instituição do Estado, foi essa linha que a gente trabalhou. Tinha que ser congruente com uma política de Estado de enfrentamento da pandemia, independente do governo. Mas a gente tinha o governo que era o governo daquele momento e a gente procurou sempre ter uma relação, dentro do possível, de equilíbrio às críticas, nunca deixamos de fazer, nunca houve nenhuma tentativa de moldar, mas não somos uma ONG, isso era muito claro, o que estava e o que não estava lá. O que eu posso dizer, Ede, é que a maior parte do que quis estar lá, esteve, mas nós olhamos tudo antes para que não estivesse nada que não fosse congruente com uma instituição do Estado como a Fiocruz.

EC - Você acha que esse papel do Observatório facilitou a relação de comunicação entre pesquisadores de vários departamentos da Fiocruz nesse momento específico da pandemia, de certa forma serviu como uma rede de ligação ou não?

CF - Você perguntou sobre a indução, por exemplo, de notas. Nós tínhamos como objetivo inicial induzir várias notas e pedimos algumas. A criação, por exemplo, do Covid nas Favelas, resultou de discussões nossas. O Valcler na época era chefe de gabinete e era importante. Ele acabou não tendo continuidade. Teve conexão com quem já tinha. Alguns grupos se conectaram na pandemia, mas não necessariamente por conta do Observatório, isso tem a ver com as bases de dados dos sistemas de informações, ou seja, tem que ter uma busca institucional para isso. Então as notas, algumas nós conseguimos, outras não; outras a gente ficou frustrado, não foi como a gente gostaria. Tinha grupos com capacidade, mas que não queriam, porque alguns grupos trabalhavam na lógica do artigo científico ou do posicionamento político que gostariam de fazer, então isso é delicado. Falta uma clareza, eu acho, para muitos grupos de pesquisa, sobre o que é uma pesquisa e o que é uma nota técnica. A autonomia é o que eu tenho num artigo, num capítulo. Nós tivemos um artigo envolvendo pesquisadores da Fiocruz mostrando, por exemplo, o cruzamento de dados eleitorais e o desempenho dos municípios na covid, ou seja, uma análise totalmente política, envolveu o Christovam, o Diego, do

MonitoraCovid, além de pesquisadores de Brasília. Isso é um artigo, foi publicado na *Lancet*, superbacana, mas isso não está nos boletins, não é essa a função de um boletim. Então faltou para alguns grupos - e não é o grupo do Monitora - essa clareza do que é uma publicação com autonomia, de um grupo de pesquisa, e o que é uma nota técnica institucional.

EC - Quais foram as principais parcerias do Observatório dentro e fora da Fiocruz e quais os maiores desafios de manter essa relação?

CF - Da Fiocruz, foram os que construíram a base, acho que foi a Escola [Nacional de Saúde Pública], com Victor, Lenice, eu próprio, eu sou da Escola, Gustavo...

SK - Margareth.

CF - Margareth também. O MonitoraCovid e o InfoGripe, eu diria que foi essa a base. Dos grupos da Fiocruz, tem um que se destacou muito, eu sou super orgulhoso do trabalho que eles fizeram. Foi o grupo de trabalho com povos indígenas, com saúde indígena. Esse grupo para mim é um exemplo, porque ele combinou trabalho com os povos indígenas, compromisso mesmo institucional, de saúde, produção de notas técnicas, de livros, de artigos, de notas que subsidiaram o Supremo [Tribunal Federal]. Para mim é um bom exemplo de maturidade, de um grupo de pesquisas que conseguiu aliar vários grupos. Poderia ter o exemplo oposto disso. Em Manaus, nós tivemos uma divergência entre um pesquisador - que falava por si, atacando o governo do estado, o governo federal, o tempo inteiro, sempre em tom de crítica - e o que poderia produzir a Fiocruz de Manaus, que tem pesquisas, tem pesquisadores. Aí nós atuamos junto via chefia de gabinete, no sentido de chamar eles a esse papel. Eles passaram a produzir boletins, incluindo parceria com a Fundação de Vigilância em Saúde de Manaus. E isso dirimiu essas divergências, porque antes você tinha um pesquisador, que era pesquisador da Fiocruz e era a única voz falando, então a Fiocruz era muito misturada com a voz desse pesquisador. Quando a Fiocruz de Manaus, junto com vários outros pesquisadores, assume isso, a voz institucional passa a ser a voz dos boletins da Fiocruz Manaus.

SK - Esses boletins da Fiocruz Manaus eram produzidos pelo grupo do Felipe Naveca ou era outro grupo?

CF - O grupo do Naveca, o Sérgio [Luz] também. Na época a gente conversou com o Sérgio e com o grupo do Naveca e aí teve um papel superimportante. E eles estavam tão assoberbados, acho, pela vigilância genômica, que não se deram conta. Só que a Fiocruz de Manaus e a Fiocruz como um todo receberam críticas o tempo inteiro, de um trabalho que já era realizado em conjunto com a Fundação de Vigilância em Saúde de Manaus, que eu conheço e tem um trabalho super sério...

SK - Por conta desse pesquisador que você disse que falava por si...

CF - Falava por si...Fazia críticas a tudo e a todos.

SK - Você quer nomear?

CF - Era um jovem pesquisador da Fiocruz de Manaus. Ele até publicou depois análises bastante interessantes. Ele é um jovem epidemiologista, tem futuro, mas faltou maturidade, não sei se um dia vai ter, porque algumas pessoas diante do holofote perdem... Faltou maturidade. Que foi o que tiveram o Julio Croda e a Margareth [Dalcolmo], que foram críticos o tempo inteiro do governo federal, das políticas adotadas, mas sempre baseados em dados, em evidências, e sempre numa crítica muito elegante no sentido de proposições do que deveria ser feito. E acho que esse é o papel da Fiocruz, não é a gente abrir mão da nossa possibilidade de ter um olhar crítico, essa é também nossa responsabilidade, mas é nossa responsabilidade também apontar caminhos. Então, se for pensar no futuro, como é que a gente trabalha com esses pesquisadores? É um delicado equilíbrio.

SK - Você reitera muito a dimensão institucional do Observatório como Fiocruz, mas nem sempre essa é uma diferenciação clara, o que é até normal, quer dizer: é o Observatório, é a Fiocruz como instituição, como um todo? Como é que vocês lidavam com isso? Porque teve uma responsabilidade muito grande de serem a face pública da Fiocruz. Não a única, claro, como você mencionou, teve a Margareth Dalcolmo, Julio Croda e outros. Mas essa dimensão da face pública da instituição, como é lidar com isso, a perspectiva de fazer a fala institucional, assumir o lugar institucional, mas ao mesmo tempo não se confundindo com a própria presidência da Fiocruz? São fronteiras, imagino, que sem sempre fáceis de lidar.

CF - Simone, acho que só teve um momento assim de mais tensão sobre isso, um único. Acho que a primeira coisa é: toda vez que a gente recebia muitas demandas para a imprensa, e principalmente a partir do momento da crise... Mas isso antecede o momento da crise, as demandas começaram a crescer antes. A fala da Margareth Portela sempre foi muito importante no grupo, porque ela falava: “Olha, a gente pode estar pensando isso, isso e isso, mas a gente está falando pela Fiocruz.” A gente não pode confundir, ela falava isso o tempo inteiro, ela reforçava isso o tempo inteiro e a Margareth teve um papel muito importante, porque, claro, a gente teve momentos de crise, principalmente naquele momento em que a vontade era: “olha, está tudo errado, isso é um desrespeito”. Então a gente foi aprendendo a usar as palavras, e Margareth sempre o grilo falante: “olha, a gente está falando pela Fiocruz, a gente não está falando por nós, a gente vai ter que engolir sapo, não adianta.” Acho que o momento de alguma tensão com a presidência foi que nós tivemos - e foi superpositivo - membros da Fiocruz no conselho do comitê científico do município do Rio de Janeiro. Um município é importante, mas um entre as tantas capitais, um entre mais de 5 mil municípios, mas isso traz um problema. Quando você tem a Fiocruz indicando membros, inclusive ex-ministros, para compor um comitê, pode parecer, num momento de crise, que a palavra daquele comitê se sobrepõe ao Observatório e vice-versa, são papéis distintos. E o momento de tensão foi quando o comitê recomendou não usar mais máscaras e o boletim recomendava usar máscaras. Aí nós tivemos uma reunião, eles tentando nos convencer de que já era o momento de liberar o uso de máscaras e nós, para sermos congruentes, não cedemos nisso. Nós, inclusive, defendemos o argumento de que a gente não falava só do município do Rio de Janeiro, que é um município que diariamente recebe milhares ou milhões de pessoas da Baixada Fluminense ou da região metropolitana. Onde circulavam pessoas, por exemplo, de cidades como São Gonçalo e Duque de Caxias que tinham um quadro epidemiológico completamente diferente e sequer vinham avançando na vacinação, como o município do Rio de Janeiro. Esse foi um momento de tensão entre o papel do Observatório, que precisa

ter autonomia, e a presidência. Eu digo a presidência, porque foi a presidência que nomeou. Então isso tem que ficar claro e foi inclusive isso que eu coloquei na reunião, porque ao mesmo tempo que eu achava positiva a presidência indicar, isso tem que ser pensado nas próximas situações de crise, para não ficar amarrada. A Fiocruz tem que ter essa autonomia.

SK - É, até porque em certos momentos pode haver uma disputa natural, em relação a quem fala pela Fiocruz, quem representa a Fiocruz. E esse contexto específico de tomadas de decisão, como nesse comitê consultivo, nos remete muito à questão do papel dos cientistas, dos especialistas, na tomada de decisões no âmbito da política. Como você acha que o Observatório conduziu as suas ações e os seus posicionamentos nesse sentido, pensando nessa relação entre especialistas e o espaço de tomadas de decisão, que é um espaço, por definição, político?

CF - Simone e Ede, eu acho que a única vez em que a gente foi um pouco mais além, foi no período do colapso. Eu posso quase que garantir que foi a única vez em que a gente foi mais além.

SK – “Mais além” em que sentido?

CF - Mais além no sentido de dizer que tomada de decisão tinha que ser adotada. Inclusive, quando a gente recomendou que fosse adotado em larga escala, não usamos a palavra *lockdown*, [mas a recomendação era de tomar medidas de isolamento semelhantes ao *lockdown* no país], porque para a gente era sempre uma recomendação e a imprensa sempre - ela trabalha com isso, é o material dela - ali nos fustigando o tempo inteiro: “deve fazer isso, deve fazer aquilo”? A gente sempre trabalhou com a ideia: “olha, então, com tal cenário o recomendado é que se faça isso, isso, aquilo, aquilo outro”, procurando sempre não transpor a fronteira do tomador de decisão. E é uma fronteira muito tênue, porque você é muito tentado, porque a imprensa faz isso o tempo inteiro. Nesse momento em que a gente teve a tensão, entre o Observatório e a presidência, que eu citei anteriormente (“Presidência” no sentido de que tinha pessoas da presidência no comitê), foi muito pela imprensa: “Pera aí, mas o comitê...” Foram questionar o comitê do Rio, tinha pessoas da Fiocruz, e dentro do próprio comitê as pessoas questionando as outras que eram da Fiocruz: “Pera aí, mas vocês estão dizendo outra coisa, isso não está...”. E essa controvérsia estimulou também a controvérsia entre o Observatório e o comitê, que tinha pessoas da Fiocruz, e aí a nossa posição é: o comitê independente é nomeado pelo prefeito, as decisões do prefeito, baseadas nas indicações do comitê, cabem a essa relação entre eles, e ponto.

SK - Você vê nessa situação algum tipo de demarcação entre ciência e política, ou seja, entre o que se espera de um especialista da Fiocruz nesse cenário em que é preciso tomar decisão, num sentido mais para o técnico, e o sentido mais político? E aqui sem nenhum demérito para a ideia de política, porque são momentos em que a política está colocada, política inclusive no sentido da tomada de decisão, com impacto na vida das pessoas, quer dizer, a covid é um tema no qual o conhecimento científico tem um papel central na orientação da política, do ponto de vista do que se decide. Porque quando você diz: “A gente foi mais além”, é como se tivesse algum tipo de fronteira ali, que vocês percebiam como sendo necessária para demarcar a ação de vocês.

CF - A gente estabeleceu, e isso foi consenso, essa fronteira, porque para nós a credibilidade dos boletins do Observatório derivaria de a gente manter um contínuo de acompanhamento da pandemia, é isso que fazemos no boletim, nos atendo àquele conjunto de indicadores que nós tomamos como referência, sendo que a análise mudaria de acordo com o contexto e aí as nossas estratégias de comunicação sobre isso foram duas, uma direta e uma indireta. Direta no boletim, através da forma de escrever e das capas, principalmente a partir de 2021, e indireta - por isso que eu digo que foi uma dobradinha não combinada, mas que deu super certo -, Margareth e Julio fazendo esse papel como pesquisadores independentes, eles não eram “institucionais”. O boletim do Observatório era a Fiocruz, era uma posição da Fiocruz, era uma posição institucional, não diretamente da presidência, mas ligada à presidência, o nome da Nísia está lá e isso nos amarrava a um olhar institucional. Julio e Margareth falavam por si, como pesquisadores e se você olha as entrevistas deles, eles ultrapassam a fronteira o tempo inteiro; o Julio mais comedido até a crise, depois da crise [risos] ele desiste de estabelecer essa fronteira, mas sempre de forma muito elegante. Julio e Margareth, muito precisos. E a gente, o nosso lugar era não ultrapassar essas fronteiras, inclusive nas entrevistas.

SK - Como era isso? Quais eram os cuidados?

CF - A gente nunca falava do governo Bolsonaro, tipo “o governo deveria fazer isso, deveria fazer aquilo”. A gente dizia: “olha, as ações que são recomendadas em situação de pandemia são essa, essa e essa”. Perguntavam: “o Ministério da Saúde agiu certo, errado?” A gente: “olha, em situações como essa precisava fazer isso, aquilo, aquilo outro”. Ou seja, a nossa decisão foi nunca entrar em confronto direto, não citar o nome do Ministério da Saúde e do Governo Bolsonaro, nunca citavam, raramente.

EC - E como era a estratégia, por exemplo, em relação a entrevistas ou em momentos que havia muita repercussão, inclusive de falas do presidente, por exemplo em relação à vacina, de virar jacaré, essas coisas? Como era ficar nessa linha tênue entre manter uma fala institucional e ao mesmo tempo dar uma resposta à população que estava ouvindo isso o tempo todo?

CF - Nesse período, a gente vê televisão o tempo inteiro e trabalhando aqui, uma coisa de muito cansaço, a gente ouvindo as entrevistas. Então a nossa saída era: “Olha, ninguém vira jacaré ou qualquer outro animal por uma vacina, as pessoas podem tomar vacina, é segura, foi aprovada”. A gente nunca citava o nome, nunca entrava em controvérsias. “O presidente disse isso”, é a pergunta do jornalista. A nossa resposta sempre era técnica. Algumas vezes você pode responder isso demorando mais a responder, num silêncio temporário, isso tem vários...

SK - Muitas estratégias, não é?

CF - Muitas estratégias. E a gente aprendeu a fazer isso e isso não foi um curso, foi na marra.

SK - Alguma situação em que você tenha chegado de uma entrevista ou de alguma situação dessa e tenha pensado: “Ai meu Deus, nesse caso aqui eu falei demais” ou “eu não falei...”?

CF - Várias delas! [risos]

SK - Eu imagino! [risos]

CF - Várias delas, porque quando você está dando entrevista, ainda mais via Zoom... Tudo era via Zoom ou algo parecido, e por vezes você está falando só com você, você está vendo a sua tela, é diferente de você estar vendo o jornalista, vendo o ambiente, muda muito, você está falando para você mesmo. Nossa, muitas vezes: “será que eu falei demais? Será que eu falei de menos? Eu podia ter falado aquilo”. Em várias delas, várias delas. E por mais que a gente se preparasse, entrevista seis horas da tarde, domingo, você sabe que é o horário do Globo News nobre, era um período em que estava tendo uma coisa muito importante, de manifestações, enfim. Tinha que se preparar, mas por mais que você se prepare... Eu cansei, a Cláudia [esposa] cansou de... [risos] Eu perguntava para ela: “como é que foi a entrevista?” Você não vê, você não tem a noção naquele momento.

SK - Alguma situação que tenha te incomodado do ponto de vista da abordagem dos jornalistas e que tenha te levado a ficar até visivelmente incomodado? Ou alguma situação de tensão explícita, em alguma pergunta ou alguma insistência por parte de algum jornalista?

CF - Teve uma vez, se eu não me engano foi na Jovem Pan, que ele queria me induzir a uma fala. E isso a gente aprendeu com Leonel Brizola. Ele pode perguntar o que ele quiser e eu vou responder o que bem entender. Essas perguntas que tentam induzir uma fala, principalmente em relação ao governo federal, ou até à própria Fiocruz.

EC - Nesse contexto de tantas narrativas negacionistas, como é você avalia o papel do Observatório para a percepção pública da ciência, em relação à questão de confiança, credibilidade?

CF - A gente, por sorte, tinha um acompanhamento, monitoramento da imprensa. A CCS tem o monitoramento da imprensa e do impacto de tudo que a Fiocruz faz na imprensa, isso nos dava um pouco a medida. Então a gente ia ali acompanhando o tempo inteiro. Eu confesso que durante o período a gente não teve muito essa noção, a gente ia fazendo o trabalho direto, a gente não tinha muito tempo de ver, mas eu fui depois tendo os retornos de quanto o Observatório foi importante no sentido de guiar, de orientar. E o Observatório acabou ocupando esse papel, ele era a voz da Fiocruz. Não era o Carlos, não era a Margareth, não era o Christovam, não era a Lenice, não era o Rafael, ali era a Fiocruz. E a gente acabou incorporando isso, que não estávamos falando por nós. Por nós a gente estaria falando em outro lugar, num debate até poderia ser, mas entrevistas sobre o Observatório, sobre os boletins, era porta voz institucional.

SK - Em algum momento você se sentiu cobrado, não necessariamente no sentido negativo, por outros colegas ou grupos da Fiocruz? Que esperavam que vocês falassem pela Fiocruz, mas outra coisa?

CF - [risos] Claro! Algumas vezes colegas mandando mensagem no *WhatsApp*: “Vocês deveriam ter sido mais críticos”, outras vezes elogiando: “Puxa, vocês assim...” [risos] “Disseram o que eu gostaria de dizer”. Mas eu dizia: “Olha, a gente não vai dizer nada

que não esteja nos dados, a gente não pode”. É assim: “a situação está melhorando? Está melhorando. Estão baixando os casos? Estão”. Teve uma vez até que foi sobre isso: “Mas vocês não podem dizer...” E a gente: “não, a gente vai dizer o que está nos dados”. A gente pode interpretar os dados, mas os dados eram o nosso guia. Então a confiança que a gente ganhou está muito relacionada também a uma narrativa que foi produzida, mas ancorada nos dados o tempo inteiro. “Ah, vocês poderiam falar sobre isso, vocês poderiam falar” - por exemplo - “que a população negra em favelas está morrendo mais?” Não tenho como dizer. Eu intuo. As imagens mostram isso, mas os dados... É o que a gente discutia, a qualidade dos dados, por conta da ausência do registro de raça, cor, por exemplo, na maior parte das internações e óbitos, não permite dizer, mas estudos - a gente usava como referência trabalhos publicados dentro e fora do Brasil - vêm mostrando que populações mais pobres, populações negras, vêm sendo mais impactadas pela covid. Então a gente tinha formas de dizer, mas a gente nunca dizia nada que não estivesse nos dados, era uma cláusula pétrea.

SK - E quando os dados eram controversos, no sentido de ainda não haver um consenso, do ponto de vista técnico científico inclusive, em relação a determinados assuntos? Porque, durante o período de emergência, um dos desafios colocados para a ciência são processos de produção de conhecimento ainda em aberto, algumas certezas que ainda são provisórias, ou são muitas dúvidas. Como é lidar com a dúvida, numa situação em que as pessoas esperam “informações para a ação”, como está no lema do Observatório?

CF - Tem duas perguntas aí e as duas são igualmente importantes, mas distintas. Primeiro, os dados. A Ede até já fez uma pergunta sobre o período de apagão dos dados. Mesmo no apagão dos dados, nós utilizamos dados. Precários, mas utilizamos, para sinalizar o que estava acontecendo e as tendências, inclusive ressaltando a importância dos dados e os riscos do apagão dos dados. Eu lembro de ter dado várias entrevistas e a imprensa passou a usar esse termo, que foi o termo que eu utilizei, que era como você fazer uma aterrissagem de um avião sem os dados do controle, você está aterrissando às cegas, ou seja, se a pandemia podia estar diminuindo ou subindo a gente não sabia, só estava voando às cegas, como você voar e aterrissar sem os dados. Mas nós sempre utilizamos mesmo os dados precários para trabalhar a situação, porque o passado recente nos apontava um cenário que não muda de uma hora para outra, então isso nos dava uma margem de interpretação. Uma outra coisa, e isso é um aprendizado que todos nós pesquisadores, cientistas, temos que ter ao lidar com a imprensa. Porque o que a imprensa e a população espera são certezas e nem sempre temos, não tem como ter. A vacina é eficiente em relação à ômicron? Estava começando a ômicron, a gente foi olhando os dados ali: “Olha, o que a gente tem verificado é que o número de internações vem subindo, mas é proporcionalmente menor aos períodos anteriores e as internações críticas e graves não vêm crescendo como nos períodos anteriores; se a vacina vai ser eficaz ou não, não temos certeza”. Essa nova variante vai... Eram perguntas o tempo inteiro. A delta, a ômicron, a outra, vai causar isso ou aquilo? “Olha, não sei, o que a gente pode dizer nos achados iniciais, ou no que foi publicado até então é isso, isso e isso”. Então isso sempre foi uma tensão, porque as perguntas da imprensa são sempre sobre certezas, eles não querem ouvir o nível de incerteza, ou que eu li no artigo tal. Mas a gente sempre foi cuidadoso nisso, na perspectiva de não dar certeza para o que não tínhamos. Se isso aconteceu, foi um escorregão, mas era uma orientação entre nós.

SK - Ao mesmo tempo, Carlos, é um desafio enorme para vocês, porque para fazer isso, vocês tinham que, de alguma maneira, estar acompanhando o que os especialistas das áreas respectivas estavam colocando. Essa pergunta sobre vacinas é um bom exemplo, porque você tem lá os pesquisadores produzindo os estudos de efetividade. Como é que vocês corriam atrás disso? Porque já com tanto trabalho para fazer no Observatório... Vocês eram “brifados” de alguma maneira em relação ao que se podia dizer em cada momento? Porque vocês não tinham condição de ficar lendo estudos e artigos em *preprint* sobre efetividade para poder saber o que responder numa situação como essa.

CF - A gente respondia, mas aí, Simone, a gente se ateve aos dados que a gente tinha. Quando perguntavam sobre vacina - inclusive chegaram várias entrevistas para nós sobre vacinas - eu respondia à CCS: “A gente tem BioManguinhos e tem especialistas em vacinas, nós não vamos responder sobre vacinas, sobre efetividade e eficácia das vacinas”. A gente pode responder se a vacinação vem avançando e o impacto da vacinação na redução de casos críticos, graves, internações, óbitos, tudo isso. Isso a gente pode responder. Sobre as vacinas, a gente não pode responder, e a gente não respondia. Ficávamos tentados, muitas vezes. Até Margareth e Lenice, que leem mais sobre isso, ficavam tentadas, e eu falava: “mas a gente não pode sobrepôr, a gente tem especialistas nessa área”. Aí vieram as novas variantes. “Vê com o IOC, tem vigilância genômica, não vamos responder sobre isso”. O que a gente vai responder é: o que a gente está vendo é que a ômicron é mais transmissível, isso a gente podia dizer. Mas a nossa estratégia era: vamos acompanhar os meios de comunicação o tempo inteiro, porque eles de algum modo atualizam, e a gente acompanhava duas, três, quatro revistas científicas que eram as mais importantes e que estavam com os artigos de síntese editoriais sobre o momento, o *British Medical Journal*, entre outros.

SK - Carlos, eu acho que daqui a pouco a gente pode ir se encaminhando aqui para o final, temos algumas últimas perguntas, mas também se você quiser complementar alguma coisa, claro. É porque esse tema da expertise é um tema muito, muito interessante. Em alguma situação vocês se depararam com a interlocução, ou de alguma maneira, o contato, a relação com, por exemplo, grupos da sociedade civil, que de alguma maneira se viam instados a se posicionar em relação a alguma temática específica? Eu estou me lembrando muito da situação do retorno escolar, que foi uma questão que mobilizou a sociedade de uma maneira muito intensa. O Observatório era, de alguma maneira, procurado ou posto em relação com grupos da sociedade que também queriam participar dessa tomada de decisão ou não?

CF - O Hermano [Albuquerque de Castro], quando era diretor da Escola, publicou, de forma autônoma, não passando pelo Observatório, uma nota técnica sobre o retorno às escolas. Então quando começaram a chegar demandas para o Observatório sobre o retorno à escola, eu falava: “olha, quem produziu a nota técnica foi a Escola Nacional de Saúde Pública, o Hermano e o grupo lá.” E é importante citar isso, porque a nota não passou pelo Observatório, poderia ter passado, mas ele quis garantir a sua autonomia de dizer [o que gostaria a partir da nota técnica que coordenou]. No momento em que isso ocorreu, falávamos no máximo sobre o quadro geral da pandemia e a questão das comorbidades, das crianças, mas nunca especificamente sobre o retorno às escolas no sentido de recomendações específicas. No momento em que um grupo assumiu esse papel, esse grupo assumiria a responsabilidade.

SK - Certo. Vamos falar um pouquinho dos livros! Fala da coleção de livros do Observatório, inclusive dos prêmios agora que foram recebidos, por favor, Carlos.

CF - Os livros foram uma ideia superinteressante para nós, porque eles surgiram a partir da demanda de um grupo superativo na Fiocruz, que é o grupo ligado ao CRIS [Centro de Relações Internacionais/Fiocruz], com Paulo Buss na liderança, que começou a produzir desde cedo notas técnicas sobre diplomacia da saúde e covid, porque desde o início esse tema da diplomacia, das vacinas, dos testes, dos insumos, foi colocado ali. E o Paulo encaminhou uma proposta para a editora [Fiocruz] de um livro sobre isso. A gente tem na editora uma fila, que segue um cronograma, e que aquele era um livro muito contextual. E aí, a gente conversando na Editora Fiocruz, com o editor executivo, o João [Canossa], e o editor científico, que é o Gilberto [Hochman], surgiu a ideia - foi até do Gilberto - dos *instant books*. A gente pensou e eu fui buscar informações sobre isso, Gilberto também buscou e aí fizemos uma primeira proposta, com uma ideia que foi superimportante. Se eram livros da Editora, era importante que eles estivessem acessíveis de forma imediata e que não fossem somente um PDF no formato de livro, mas que tivesse um *status* de um livro SciELO. Então teria que envolver a parceria entre a Editora Fiocruz e o SciELO Livros. Então fiz a primeira proposta, João e Gilberto leram, trabalharam, fizeram sugestões, a gente enviou para a Cristiani [Vieira Machado] também, a nossa vice [vice-presidente de Educação, Informação e Comunicação Científica], que trabalhou também, fez sugestões, mandamos para a Amanda, do SciELO Livros, do Abel Packer. A Amanda leu, gostou da proposta, enfim, fechamos a proposta e fechamos em cinco livros, porque se eram *instant books*, se eram livros do momento, a gente sabia, pela crescente demanda, que se a gente deixasse, a gente ia ter dez livros, quinze livros, todo mundo querendo publicar um livro sobre a pandemia. E escolhemos alguns temas, que eram os temas do Observatório: o primeiro foi diplomacia da saúde, que foi um livro até que ganhou o segundo ou terceiro lugar do prêmio Abeu [Associação Brasileira de Editores Universitários] no ano passado. Foi um livro que nasceu premiado e para nós foi um orgulho, porque foi um *instant book*, um livro que não foi impresso. O segundo que saiu foi o dos impactos sociais da pandemia, organizado pelo Gustavo [Matta], pelo Sérgio Rêgo, foi um livro importante, tentando reunir os diversos impactos. O terceiro foi o de cenários epidemiológicos e vigilância em saúde. O quarto foi o de organização dos serviços e sistemas de saúde e o quinto foi sobre políticas e sistemas de saúde, numa análise comparada de nove países, países asiáticos, Europa e Américas. E desses livros, o livro “cenários epidemiológicos e vigilância” e o livro “impactos sociais” foram indicados entre os dez primeiros do Jabuti. Para a segunda fase, entre os cinco primeiros, passou o livro “impacto sociais”, ou seja, é um reconhecimento imenso desse tipo de livro, um livro sobre a pandemia. E o livro “cenários epidemiológicos”...

SK - Só para explicar, ainda não saiu o resultado, né?

CF - Ainda não saiu o resultado dos três primeiros do Jabuti, vai ser sexta-feira, mas o “impactos sociais” já está entre os cinco primeiros e o “cenários epidemiológicos e vigilância” já está entre os dez primeiros. E no da Abeu, o livro “cenários epidemiológicos e vigilância” ficou em terceiro lugar, o que para a gente foi uma surpresa, porque se a gente olha, dois livros dos *instant books* da covid já receberam prêmio Abeu, o “cenários epidemiológicos e vigilância” e o “diplomacia da saúde e covid”. Nós já temos dois premiados no prêmio Abeu e já temos dois entre os dez primeiros classificados no Jabuti, em ciências da vida, sendo que um foi para os cinco primeiros [classificados]. A gente não esperava isso, ainda mais Jabuti, a gente nem tinha pensado que esses livros pudessem

chegar ao Jabuti, porque foram livros produzidos de forma muito rápida. A gente não produziu mais rápido porque não conseguia escrever os capítulos e os boletins ao mesmo tempo e fazer também a análise de todos os capítulos, porque a gente olhou todos os capítulos. Então eu acho que foi um reconhecimento também do trabalho do Observatório, porque todos esses capítulos foram capítulos que envolveram pesquisadores da Fiocruz e de fora da Fiocruz que participaram de atividades do Observatório, então o que está ganhando o prêmio é o Observatório, na parceria com a Editora, que inovou - eu acho que foi super bacana - e com o SciELO Livros. Eu tive o prazer de conhecer a Amanda, nesse final de semana, e ela foi entusiasta da ideia desde o início. A gente estar no SciELO Livros permite não só disponibilidade do livro de forma gratuita, mas também você ter as métricas de acesso e citação, o que você raramente tem em livros e *instant books* ... Isso deu um gás também para o SciELO para esse tipo de livros. Para nós, Editora Fiocruz, e para SciELO. Então estou super orgulhoso.

SK - Parabéns, é para ter orgulho mesmo!

CF - Ganhamos um troféu, super orgulhosos.

SK - Ah, que lindo! Orgulho do troféu, realmente muito bom! Chega um pouquinho para trás para aparecer melhor.

EC - Parabéns, Carlos!

SK - Muito bacana!

CF - Ele tem que estar aqui comigo, tem que estar na minha imagem.

SK - Isso, ficou ótimo, muito bom! Carlos, essa é uma pergunta que tem sido muito frequente, sobretudo nos últimos tempos: a ideia dos legados. Alguns preferem falar “aprendizado”, outros falam “legados”. Como é que você vê os legados, aprendizados do Observatório, se você fosse sintetizar e o papel que isso teve, inclusive na sua própria vida, na sua trajetória como pesquisador?

CF - Na minha própria vida foi, sem dúvida, o trabalho de maior aprendizado que eu já tive, eu nunca esperei produzir um boletim semanal. Não era só eu, era um grupo, um grupo grande, um grupo integralmente dedicado, mas eu tinha a responsabilidade de ler de ponta a ponta, eu não podia deixar nunca de ler um boletim todo, então é uma responsabilidade muito grande e foi um aprendizado muito grande com em grupo muito bacana, ter trabalhado com esse grupo foi muito legal, foi uma experiência sensacional com o grupo. Então foi um aprendizado com um grupo, como pesquisador. E como resposta social da Fiocruz, foi muito importante, um aprendizado muito grande para a Fiocruz, mas a gente tem que sistematizar isso. Nós não sistematizamos isso e eu fico um pouco agoniado. A presidência estruturou um grupo para preparar documentos para a Fiocruz se preparar para a próxima situação de crise, desastre e pandemia e o grupo já teve uma reunião há mais de dois meses e nada até agora de nomear o grupo, e eu já mandei email. As pandemias e as crises não esperam, a gente não tem como dizer. Eu acho que passada a pandemia, o momento de crise, a tendência natural das instituições é voltar à normalidade, à sua rotina anterior, é o que está acontecendo nas Secretarias, no Ministério e isso é natural. Mas as instituições, e principalmente a Fiocruz, não podem

deixar de pensar na próxima, não podem deixar de estruturar, ver o que se aprendeu, olhar para o que a gente fez bem e o que não fez bem. Se não puder olhar para isso, vai entrar na próxima num modo similar ao que entrou nessa. Claro que a próxima será outra, diferente. Foi superbacana? Foi. Podia ter sido melhor? Sempre poderia. Eu parto do princípio de que a gente poderia... Pode, não é “poderia”. Nessa a gente foi pego de surpresa, mas a gente pode fazer melhor para a próxima e eu acho que a rotina acaba sobrepujando esse trabalho, que é um trabalho contínuo. Eu falo isso com muita tranquilidade, porque eu trabalho isso com Secretarias o tempo inteiro, de tentar convencê-los que o próximo desastre não espera, não tem como esperar. As pessoas dizem “vou esperar os melhores nomes para nomear o grupo que vai ser responsável” – eu digo: “olha, não dá para esperar”. Então esse aprendizado acho que a Fiocruz não teve, de que as crises não esperam.

SK - O Observatório, por todo sucesso que teve no enfrentamento da pandemia, naturalmente tende a assumir esse espaço de preparação? Como é que vocês estão pensando isso concretamente na governança do Observatório hoje?

CF - Falei isso para o grupo do Observatório antes da minha saída. O nosso papel foi na parte de “informação para ação”, nisso a gente pode contribuir, mas mesmo na informação para ação, tem vários outros entes na Fiocruz que tem que estar juntos. Por exemplo, o INI, a parte hospitalar. Não é que o Observatório vai sobrepor o INI e vice-versa, mas é que tinha um trabalho na presidência da... É que se confunde as gestões das unidades, do Conselho [Deliberativo], com a gestão da crise, que tem que ter uma outra dinâmica. E a gestão da crise vai além do Observatório. Eu diria que o Observatório traz um aprendizado muito grande no que se refere à informação para ação, mas a informação para ação não tem como trabalhar, por exemplo, dissociada da vigilância genômica. Eles têm muita experiência da vigilância genômica, mas tem pouca experiência na visualização de dados, e eles avançaram muito, mas colocar isso numa forma que possa ser incorporada ao boletim, por exemplo, é outra dinâmica. Isso é algo fácil de ser resolvido, mas não é o Observatório que vai resolver, nem pode, tem que ser uma concertação da Fiocruz. Quais são os setores estratégicos que produzem informações do INI? Por que eu estou falando do INI? A gente tinha um hospital na Fiocruz que permitiria a gente estar monitorando de perto a evolução dos quadros críticos e graves, com a informação ali do lado, mas essa conexão não houve e eu deixo claro: isso não é um papel que me caberia. Eu sei “informação para ação”, articulação das unidades, isso é Presidência nas suas diversas formas institucionais de lidar com isso.

SK - Certo. Então, só para a gente deixar aqui os marcos temporais: você saiu da coordenação em maio, o Observatório continua, não da mesma maneira, como você está dizendo, mas atendendo algumas demandas, como essa que você mencionou no início, de algum posicionamento, uma nota técnica.

CF - Isso.

SK - Então é um pouco por demanda, é isso agora?

CF - Isso, agora é *on demand*. [risos]

SK - Entendi. A Ede está colocando aqui no chat que os últimos boletins foram do primeiro semestre desse ano.

CF - Isso. Porque a ideia era encerrar dizendo: “esse é o último boletim”, mas a avaliação da Presidência, e é absolutamente correta, é que a gente não poderia publicar um boletim dizendo que era o último boletim, porque isso daria a ideia do fim da pandemia.

SK - Agora vou fazer uma brincadeira com você, vou ser uma jornalista aqui ao vivo perguntando à queima roupa: “o Observatório acabou? A pandemia acabou?” [risos] Como é que você vai fazer, você vai continuar mesmo longe do Observatório? Acho difícil, hein, Carlos?

CF - A pandemia, em sua situação mais crítica e grave, acabou. O vírus vai continuar circulando e em algum momento vai circular um vírus com alguma mutação que vai escapar de vacinas que nós temos, mas as vacinas também estão avançando do ponto de vista da tecnologia, então essa é uma corrida que a gente não sabe onde vai dar, as incertezas estão colocadas. Então, do ponto de vista de resposta à crise, acabou. Eu posso afirmar que acabou. A pandemia acabou? Não, por conta de a OMS não declarar isso, por conta da situação de cobertura vacinal, principalmente nos países africanos, em outros países. Mas vários países voltaram à normalidade. A gente vai ter, por exemplo, essas situações, como a ômicron agora, as pessoas vão estar infectadas, vão fazer isolamento, quarentena e ponto. A vida segue. Nessa perspectiva da crise, a crise acabou, eu posso afirmar com tranquilidade.

SK - Mas o Observatório continua *on demand*, é isso?

CF - Isso! [risos] A depender da variante aí que chegar, que aportar por aqui.

SK - Não sei se Ede tem mais alguma questão a fazer, queria também saber se você quer complementar com alguma coisa, fazer uma fala final, talvez.

EC - Queria fazer uma pergunta bem pontual. Se você tivesse que definir o papel ou sintetizar o papel desempenhado pelo Observatório em uma palavra, qual seria essa palavra?

CF - A mesma que foi durante toda a pandemia: informação para ação, porque isso nos permitiu um trabalho intenso, mas nos resguardar também, mesmo quando a gente teve tensões com o Ministério ou dentro da Fiocruz. Isso nos resguardou, ou seja, “é nisso que a gente vai trabalhar”. Em palavras finais, agradecer muito essa entrevista, porque eu tenho uma preocupação muito grande de a gente ter a memória disso. Na memória não vai ter tudo, mas vai ter muita coisa, ter o registro disso. Então isso é fundamental para as gerações futuras, porque a gente tem poucos registros da Fiocruz na gripe espanhola, tem alguns, mas nem tantos e eu espero que dessa pandemia a gente tenha bastante e tenha um aprendizado institucional. É claro que eu já cobre a Presidência e vou continuar cobrando, quando encontrar alguém eu vou cobrar de novo, mas eu acho que teve um aprendizado que ficou de algum modo, ele não está explicitado, mas ele está implícito na dinâmica, as pessoas já estão mais atentas, mais espertas, a próxima pandemia não vai ser do mesmo modo, embora eu ache que a gente tem que organizar isso, tem que ter isso

mais organizado. A gente teve a experiência de alguns nós que podem ser facilmente desatados desde o início, só isso.

SK - Olha, agora me lembrei de uma frase da Marília, da MAP, que está coordenando a consultoria que está sendo prestada à Fiocruz na área de comunicação, de monitoramento...

CF - Super legal o trabalho deles.

SK - É muito interessante, monitoramento da presença da Fiocruz na mídia. Eu já ouvi a Marília falando uma frase que para mim é muito significativa: “A Fiocruz entrou na casa das pessoas”. Essa proximidade com a sociedade, essa fala, essa presença direta junto à sociedade. Acho que para todos nós é um orgulho e para a gente também é um privilégio poder estar fazendo esse registro. A gente fez entrevista com todos os coordenadores de eixo do Observatório e acho que realmente é um legado também para memória. Então queria te agradecer muito, Carlos, pela contribuição, pelo depoimento. É isso, vou aqui então interromper a gravação. Obrigada!

EC - Muito obrigada, Carlos.

[encerramento da entrevista]